

29 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do TJ, Nalini coleciona elogios externos e críticas internas

Desembargador, que encerra mandato nesta semana,
avançou na mediação e informatização



O presidente do TJ-SP, José Renato Nalini, ao dar entrevista

Por outro lado, críticos apontam que ele deixou em plano secundário a questão salarial dos servidores do tribunal

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, chega ao fim de sua gestão com boa imagem externa. Internamente, ele coleciona elogios, críticas e sérias restrições de magistrados e servidores.

Na próxima quarta (2), o TJ-SP escolherá os novos dirigentes do maior tribunal estadual do país. São candidatos à presidência os desembargadores Eros Picelli e Paulo Dimas Mascaretti.

É reconhecido o esforço de Nalini em estimular alternativas —como a mediação— para reduzir conflitos e descongestionar o tribunal, assim como os avanços obtidos na informatização e implantação do processo digital.

Mas, sob o compromisso de terem nomes preservados, desembargadores e juízes listam vários aspectos negativos. Admitem, por exemplo, que houve “descaso” e “inércia total” com a questão salarial dos servidores.

Nalini sucedeu o desembargador Ivan Sartori, que tinha fácil relacionamento com funcionários e magistrados. Mas o diálogo institucional com o Ministério Público e a advocacia era difícil.

“O Ministério Público reconhece somente aspectos positivos na gestão do Dr. Nalini, que soube fortalecer o Sistema de Justiça Paulista”, afirma o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Márcio Elias Rosa.

O Defensor Público-Geral, Rafael Valle Vernaschi, destaca “o empenho permanente de Nalini em combater o excesso de judicialização”.

O defensor valoriza as parcerias com o tribunal e as audiências de custódia —rito para agilizar a apresentação

de presos em flagrante ao juiz, o que já evitou cerca de 4.500 prisões desnecessárias.

“Na gestão anterior, não houve diálogo com a advocacia e o Ministério Público”, diz Marcos da Costa, presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele aplaude as férias para advogados, fruto da gestão Nalini.

“A advocacia e outros atores estavam excluídos do debate sobre a administração da Justiça. A atual gestão abriu o tribunal”, diz Leonardo Sica, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo.

CRÍTICAS

Carlos Alberto Marcos, o “Alemão”, presidente em exercício da Assojuris —associação dos servidores— elogia a manutenção de comissão que reúne juízes assessores da presidência e representantes dos servidores. Mas critica o não cumprimento da data-base de 2015 e “a resistência para implantação do adicional de qualificação dos servidores de nível superior”, benefício instituído por lei.

“A gestão Nalini não se diferencia das demais, até porque a estrutura do tribunal é pouco democrática”, afirma o juiz André Augusto Salvador Bezerra, presidente da Associação Juízes para a Democracia.

Ele critica, por exemplo, a ampliação dos Departamentos de Execução Criminal no interior, aumentando o poder de designação dos juízes pelo tribunal, o que violaria o princípio do juiz natural.

29 NOV 2015
FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Banco dos réus

RIO DE JANEIRO - A crise política que atravessamos de modo cada vez mais dramático está jogando para o banco dos reservas a crise econômica, desde que se considere a crise moral como geradora das duas crises anteriores, sem esquecer uma terceira crise, a oral, que mais cedo ou mais tarde criará uma quarta crise, a mais devastadora, a institucional.

A harmonia entre os Poderes Legislativo e Judiciário está gradativamente se desmoronando e não se sabe quais serão os desdobramentos que estão em gestação.

Na semana passada, quando os parlamentares discutiam sobre o voto aberto ou fechado, um senador declarou da tribuna que o STF estava colocando o Congresso "no banco dos réus", criando a absurda possibilidade de mandar prender a maioria ou a totalidade dos membros das duas casas legislativas, tomando de fato o poder absoluto da República.

O que está acontecendo de maneira cada vez mais visível é que o anjo exterminador que opera entre as crises ainda não passou pela cúpula que vem criando a desconfortável situação em que mergulhamos. Apenas dois tubarões foram apanhados na rede punitiva: José Dirceu e agora Delcídio do Amaral. O resto, embora influente, é praticamente o baixo clero da corrupção.

Os cardeais das três crises instaladas (a quarta, a institucional, dependerá da força militar), embora citados, são a presidente Dilma e seu inventor, agora seu condestável, Luiz Inácio Lula da Silva, ele próprio arrolado entre os suspeitos de ser beneficiário direto ou indireto de algumas tramações. O PT, cuja fome de poder continua criando condições cada vez maiores para a corrupção e a falência já detectada pelo sistema financeiro internacional, procura proteção nos planos sociais, que são discutíveis, ao preço de bilhões de dólares que criam e lubrificam a corrupção e a incapacidade.

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

29 NOV 2015

DELCÍDIO DO AMARAL

*Acho que nós temos que centrar **FOGO** no STF agora. Eu conversei com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato na corte], conversei com o [ministro Dias] Toffoli, pedi pro Toffoli conversar com o Gilmar [Mendes, ministro], o Michel [Temer] conversou com o Gilmar também, porque o Michel tá muito preocupado com o [também ex-diretor da Petrobras preso Jorge] Zelada líder do governo no Senado (PT-MS), em reunião com Bernardo, filho de Nestor Cerveró, que gravou e entregou a conversa, e o advogado Edson Ribeiro, explicando como faria para tirar o ex-diretor da Petrobras da prisão; o senador e o advogado foram presos acusados de tentar obstruir a operação Lava Jato*

CÁRMEN LÚCIA

*O crime não vencerá a Justiça, aviso aos navegantes dessas águas turvas. Criminosos **NÃO PASSARÃO** sobre juízes vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em discurso ao confirmar a prisão preventiva de Delcídio*

SERGIO MORO

*A Operação Lava Jato parece uma voz pregando no **DESERTO***

juiz federal responsável pela Lava Jato, criticando a falta de iniciativas para combater a corrupção no país

MAURÍCIO SILVA LEITE

Era uma questão

HUMANITÁRIA

advogado de Delcídio, relatando o que o senador disse em depoimento à PF para justificar reunião com o filho de Cerveró

RUI FALCÃO

O PT não se julga obrigado a qualquer gesto de

SOLIDARIEDADE

presidente nacional do partido, em nota sobre a prisão de Delcídio

29 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Russomanno é condenado pela Justiça Federal

SÃO PAULO - O deputado federal e apresentador Celso Russomanno (PRB-SP) foi condenado a dois anos e dois meses de prisão — convertidos em penas alternativas — por ter nomeado em seu gabinete, entre 1997 e 2001, a gerente de sua produtora de vídeo, a Night and Day Promoções.

A existência da sentença, de fevereiro de 2014, foi noticiada pela revista “Veja” deste sábado (28) e confirmada pela **Folha**.

Segundo a Justiça Federal do Distrito Federal, Sandra de Jesus recebia salário como assessora da Câmara, mas trabalhava de fato na produtora. O deputado recorreu e o caso foi para o Supremo Tribunal Federal.

O caso é semelhante a episódio noticiado pela **Folha** na última semana. No atual mandato, o deputado nomeou como funcionários de seu gabinete cinco pessoas que atuam em sua ONG, o Inadec.

No processo, Russomanno alegou que a funcionária cuidava da emissão de passagens. Porém, documentos mostraram que Sandra, após ser nomeada na Câmara, continuou na Night and Day — ela assinava as carteiras de trabalho de funcionários da produtora.

A **Folha** não conseguiu falar com o deputado neste sábado.

29 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

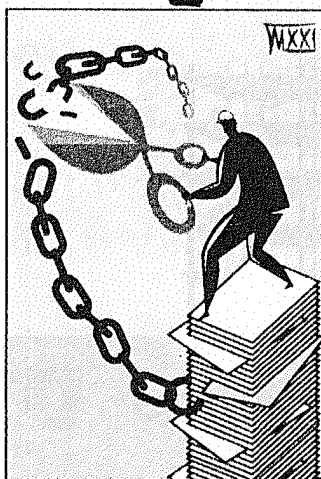
Decisão reparadora

O juiz Marcelo Sergio, da 2ª Vara da Fazenda Pública, em liminar dada a 23 empresas representadas pelo SindusCon-SP, suspendeu a exigência feita pela Prefeitura de São Paulo, de comprovação da quitação do ISS como condição para a emissão do Habite-se.

Na decisão, o juiz considera "ilegal" tal exigência para se obter o Habite-se, um atestado de que o imóvel foi construído conforme o projeto aprovado e atendeu aos dispositivos do Código de Obras.

Segundo a liminar, a exigência também impede que a construtora possa questionar o valor cobrado de ISS, pois, em face da necessidade de entrega do imóvel aos seus adquirentes, ela teria que efetuar o pagamento para somente depois "percorrer a infundável via" em busca do valor justo do tributo.

O juiz ainda assinala ser majoritário o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo de que vincular o Habite-se ao recolhimento do ISS não é possível, pois a Prefeitura dispõe de diversas prerrogativas conferidas por Lei para receber os valores devidos, "não podendo coagir, ilícitamente, o contribuinte a pagá-los -- a imposição de restrições punitivas quando motivadas pela inadimplência do contribuinte é contrária às liberdades constitucionais".



Justiça veda a vinculação de ISS à expedição do Habite-se em São Paulo

Nos últimos dez anos, o SindusCon-SP tem dialogado com as sucessivas administrações da Prefeitura sobre a necessidade de revisão do procedimento de cobrança do ISS. Em vez de aferir o tributo justo devido pela empresa, a municipalidade aplica a chamada pauta fiscal, arbitrando valores a partir de uma tabela ultrapassada, que não contempla os avanços de produtividade dos últimos 30 anos.

A Prefeitura também desconsidera o ISS já reco-

lhido sobre diversos serviços executados ao longo da obra e deixa ao arbítrio da fiscalização estender essa desconsideração a outros serviços.

Utilizando esse poder arbitrário, os fiscais da "Máfia do ISS" achacaram dezenas de construtoras durante anos. Uma vez que a Prefeitura condiciona o Habite-se à quitação do ISS, aqueles servidores utilizavam a exigência como elemento adicional para pressionar as empresas a pagarem propinas, em troca da não cobrança de valores absurdos de ISS.

O SindusCon-SP espera que a Prefeitura acate a decisão judicial, estende-a a todas as construtoras e mude a legislação municipal para não aplicar a pauta fiscal às empresas que tenham contabilidade regular.

Bastaria respeitar o Código Tributário Nacional e a Lei Complementar 116, que determinam o recolhimento do ISS das construtoras sobre o valor do serviço prestado, abatendo da base de cálculo os materiais e deduzindo do imposto o montante recolhido na execução da obra. Essa apuração pode ser informatizada, agilizando o processo e evitando fraudes.

Além disso, o SindusCon-SP buscará estender os efeitos da decisão às demais associadas interessadas.

28 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Crise sem fim

Capítulos da Operação Lava Jato nesta semana prolongam paralisia do governo federal e ampliam fontes de turbulência política

Dado seu impacto e ineditismo, a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ofuscou, ao menos por uns dias, outras fontes de turbulência no cenário político.

Não se pode desprezar, contudo, uma sequência de acontecimentos que é capaz de impor novas dificuldades à sobrevivência do esquema de corrupção e des-governo criado em torno do PT.

Um dia antes de estourar o caso Delcídio, era preso um amigo do ex-presidente Lula —o pecuarista José Carlos Bumlai, por envolvimento na contratação suspeita de um navio-sonda para a Petrobras. Ele alega ter recebido do lobista Fernando Baiano um “empréstimo” de R\$ 12 milhões.

O lobista, que conta com o benefício da delação premiada nas investigações da Operação Lava Jato, dá outra versão: o dinheiro teria sido retribuição pela ajuda de Bumlai nos negócios da Petrobras.

A dimensão política do episódio assume maior interesse porque cerca de R\$ 2 milhões, segundo Fernando Baiano, teriam sido repassados pelo pecuarista a ninguém menos que uma nora de Lula.

Enquanto se vai projetando sobre a família do ex-presidente um conjunto de graves suspeitas, não diminuem os riscos de que sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), co-

nheça novos problemas.

É que, depois de longas tratativas, formaliza-se o acordo de delação premiada entre os procuradores da Lava Jato e o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, peça-chave na malfadada aquisição da refinaria de Pasadena. Em que medida, e a partir de quais evidências, será possível dizer que Dilma conhecia as irregularidades do negócio?

Outra delação premiada —a do próprio Delcídio do Amaral— não está descartada das inquietações que rondam o Planalto.

Desse modo, a Lava Jato parece não ter fim; e não se extingue, por isso mesmo, a crise política que corrói o PT e o governo Dilma.

A próxima semana há de trazer mais turbulências. A começar pela continuidade do processo de cassação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), temporariamente eclipsada pela agitação no Senado.

Há muito de positivo, sem dúvida, no clima de seriedade e autonomia institucional que emana das investigações e das prontas respostas da Justiça.

Há muito de negativo, contudo, no fato de o governo se mostrar a reboque dos acontecimentos. Paralisa-se a discussão sobre economia no Legislativo. Medidas inadiáveis de controle do deficit público são praticamente abandonadas, e nem sequer uma previsão orçamentária se sustenta.

A hipótese de uma desorganização cabal da economia não pode ser esconjurada enquanto a crise política se prolonga a perder de vista.

28 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Toffoli diz ter tratado com Delcídio de reforma

Gilmar também nega conversa sobre Cerveró

FLÁVIO FERREIRA
PAULA REVERBEL

DE SÃO PAULO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli admitiu que teve encontros com o senador Delcídio do Amaral (PT-SP), mas disse que conversaram sobre a reforma política.

Toffoli negou que tivesse tratado com Delcídio sobre qualquer assunto ligado ao recurso do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró no STF, ao contrário do que foi afirmado pelo senador ao filho de Cerveró, Bernardo, em conversa gravada por este último sem o conhecimento do congressista.

Nessa fala, Delcídio dá a entender que poderia influenciar a decisão de Toffoli e de outros ministros sobre o processo de Cerveró.

“Sobre esse tema [recurso de Cerveró] ele nunca conversou comigo, nunca tratou desse tema com a minha pessoa e com nenhum dos colegas. Ficamos chocados com esse tipo de declaração”, comentou Toffoli, visivelmente nervoso, durante evento em São Paulo, nesta sexta (27).

Questionado porém sobre encontros com o senador, o ministro respondeu: “Sim, fui várias vezes tratar de reforma política no Senado, na Câmara, em audiências públicas. [...] Isso faz parte do dia a dia de um juiz. O que é importante ficar claro é que um juiz é

talhado e tem as defesas da inamovibilidade e da vitaliciedade exatamente para ser independente”.

Também nesta sexta, o ministro do STF Gilmar Mendes, ao ser questionado sobre ter sido procurado para tratar de liberdade a potenciais delatores da Lava Jato, respondeu que sempre há conversas sobre pedidos de liberdade provisória.

“Não, nada disso, até já esclareci, não houve nenhum... Sempre tem esse tipo de conversa, as pessoas ficam fazendo alusões ou promessas. Nós em Brasília conversamos com todas as pessoas. Mas as pessoas sabem os limites dos assuntos que eles podem tratar”, afirmou Mendes durante evento em São Paulo.

“Eles pedem habeas corpus [liberdade provisória], mas isso é público”, completou.

28 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogado de Cerveró volta dos EUA e é preso no Rio

Ele teve a inscrição na OAB suspensa

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki negou nesta sexta (27) revogar a prisão do advogado Edson Ribeiro e determinou sua transferência para o presídio Ary Franco, na zona norte do Rio de Janeiro.

Advogado do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, Ribeiro é acusado de tentar obstruir a Operação Lava Jato.

Ele foi preso pela Polícia Federal na manhã desta sexta no aeroporto do Galeão, no Rio, ao desembarcar de um voo vindo de Miami (EUA).

Ribeiro vinha sendo monitorado por policiais norte-americanos desde quarta (25), quando o STF emitiu ordens de prisão contra ele, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), um assessor e o banqueiro André Esteves.

O banqueiro também foi levado para o presídio Ary Franco. Ribeiro ficará numa sala de Estado maior, tipo de instalação em presídios restrita a advogados.

De acordo com áudio captado pelo filho de Cerveró, o advogado e o senador discutiram uma forma de retirar Cerveró da prisão por meio de influência política no Supremo e, depois, retirá-lo do país.

Bernardo fez o registro por desconfiança de que Ribeiro estaria fazendo "jogo-duplo": atrapalhando o acordo de delação de seu pai para ganhar dinheiro de Delcídio e Esteves.

A conversa foi levada aos procuradores por outra advogada de Cerveró, Alessi Brandão. Eles ouviram a gravação, de uma hora e meia, em Brasília. Naquele dia (19), o expediente se encerrou após a meia-noite na Procuradoria.

No dia seguinte ao encontro, procuradores saíram de Brasília e foram ao Rio de Janeiro, para obter um depoimento de Bernardo, e até Curitiba para ouvir Cerveró. Ambos confirmaram a história.

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro informou que suspendeu preventivamente a inscrição do advogado.

O presidente nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, disse que "a defesa da ética na profissão é fundamental para a valorização da classe". (MÁRCIO FALCÃO)

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

28 NOV 2015



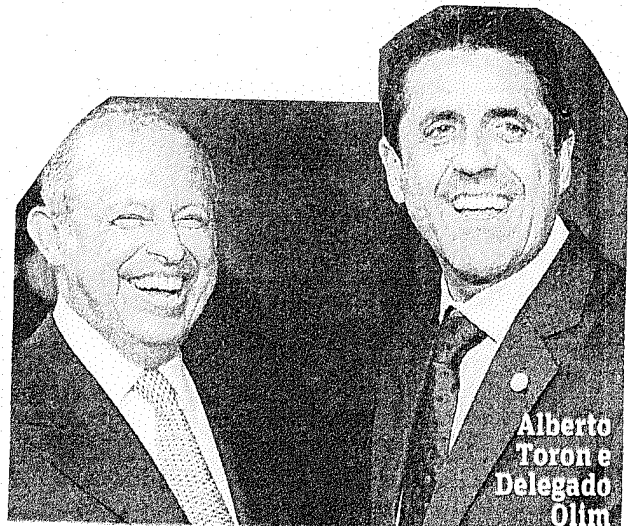
Marco
Aurélio
Mello

CALENDÁRIO

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), foi homenageado em sessão solene proposta pelo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez. A comemoração do jubileu de prata do ministro na corte, na quinta (26), teve a presença dos advogados Alberto Toron e Luiz Flávio D'Urso. O deputado Delegado Olim e o ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), também participaram.



Paulo
Dias
Ribeiro



Alberto
Toron e
Delegado
Olim



Fernando
Capez

FOLHA DE S. PAULO

Teori estende prisão de banqueiro por tempo indefinido

André Esteves cumpria detenção de cinco dias, mas ministro do STF diz ter provas para prorrogá-la

Mesma decisão foi tomada em relação ao chefe de gabinete de Delcídio do Amaral, Diogo Ferreira

DE BRASÍLIA

O banqueiro André Esteves e o chefe de gabinete do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) vão ficar presos por tempo indeterminado.

A decisão foi do ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal), atendendo a pedido da Procuradoria-Geral da República neste domingo (29).

Esteves e Diogo Ferreira, o chefe de gabinete, haviam sido presos pela Operação Lava Jato na quarta-feira (25).

Eles são suspeitos de colaborar com uma trama para atrapalhar as investigações em conjunto com Delcídio, então líder do governo da presidente Dilma Rousseff no Senado, e do advogado Edson Ribeiro, que foi defensor do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Delcídio e Ribeiro haviam sido presos de forma preventiva, isto é, sem prazo para serem libertados.

Esteves e Ferreira tinham sido detidos por um prazo de cinco dias, que venceria à meia-noite de domingo.

Teori aceitou a conversão em prisão preventiva alegando que as provas recolhidas e depoimentos ouvidos nesta etapa da Lava Jato já permitem os requisitos para mantê-los presos.

Segundo o despacho do ministro do STF, soltar Esteves e Ferreira implicaria ris-

co à ordem pública, à ordem econômica e à instrução do caso em questão.

No pedido, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou o fato de Delcídio e Esteves terem confirmado ter conversado e tido encontros. O banqueiro nega ter falado sobre Cerveró — enquanto o senador disse que conversou sobre o tema.

Delcídio, Ferreira e Ribeiro são acusados de montar um plano de fuga para Cerveró, também preso na Operação Lava Jato.

Eles foram gravados pelo filho de Cerveró, Bernardo, ofertando, além de um plano de fuga para a Espanha, passando pelo Paraguai, dinheiro e influência no STF para obter a liberdade a seu pai.

Em troca, os três queriam ver seus interesses protegidos na delação premiada nego-

ciada por Cerveró.

Na delação, o ex-diretor da Petrobras diz, por exemplo, que Dilma sabia de irregularidades na estatal. A presidente não comentou esse ponto da delação de Cerveró.

O banqueiro Esteves, do BTG Pactual, foi indicado como o financiador da operação, e também teria segundo a acusação interesses a proteger na delação.

Em relação ao chefe de gabinete do senador, foram encontrados documentos em sua casa relativos à delação premiada do lobista Fernando Baiano e da minuta preliminar da delação de Cerveró, ambos sigilosos.

Janot classificou esses achados como “de altíssima gravidade”. “Revela sua disposição concreta, materializada, para incorrer em condutas manifestamente ilegais em auxílio a Delcídio do Amaral”, escreveu.

A força-tarefa da PGR no caso analisou o material apreendido visando dar condições para que Janot apresente denúncia contra os investigados nesta segunda.

A denúncia deve acusá-los de obstruir investigações de associação criminosa e, no caso do senador, de exploração de prestígio, já que ele prometeu conversar com ministros do Supremo em favor de um habeas corpus para soltar Cerveró.

Além dessa denúncia, os procuradores também voltam a investigar o envolvimento de Delcídio com a corrupção na Petrobras, já que sua atuação para evitar a delação de Cerveró seria justamente para que esses fatos não viessem à tona. (AGUIRRE TALENTO)

> OUTROLADO <

Defesa de dono do BTG diz não ver motivo para prisão

DE BRASÍLIA

O advogado do banqueiro André Esteves, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que, embora desconhecesse a decisão, não via motivo para seu cliente ser mantido preso. A **Folha** não localizou a defesa de Diogo Ferreira neste domingo (29).

A defesa de Delcídio do Amaral considera sua prisão inconstitucional, conforme nota divulgada nesta semana.

30 NOV 2015

30 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Caindo por terra

A decisão do ministro Teori Zavascki, do STF, de manter André Esteves preso por tempo indeterminado fez evaporar no mundo político e empresarial a tese de que o dono do BTG teria poder suficiente para passar poucos dias encarcerado. Investigadores da Lava Jato já diziam, desde as primeiras horas da detenção do banqueiro, que a situação de Esteves, ao longo dos dias, “se mostraria muito difícil”. Decretada a preventiva, já se diz que ele pode “passar um bom tempo” na cadeia.

Relações perigosas No pedido enviado a Zavascki, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, aponta para uma relação entre o banqueiro e José Carlos Bum-lai. Diz que o BTG fez negócios “altamente improváveis e escassamente explicáveis” com os filhos do pecuarista.

No radar O pedido afirma ainda que a participação de Esteves na Lava Jato já vinha sendo investigada pela força-tarefa do Ministério Público em Curitiba, tendo como foco tanto a relação do BTG com Bum-lai como com a Petrobras.

30 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dez anos sem Oscar Corrêa

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Algumas amizades, no curso de minha vida, marcaram-na. Falo de amigos que já se foram e cujas lembranças e saudades permanecem.

Não falarei de meu pai, José da Silva Martins, morto aos 102 anos, exemplo para os quatro filhos, ensinando-nos a nunca desistirmos da luta, a sermos otimistas e, fundamentalmente, éticos nas relações familiares, profissionais e sociais. Viveu em três séculos (do fim do 19 ao começo do 21).

Apenas mencionarei quatro amigos com quem convivi e que me deixaram muitas saudades.

O primeiro foi Octavio Frias de Oliveira. Apesar de nunca aceitar o título, foi, a meu ver, o maior jornalista do país. Lembro-me de um episódio que mudou a história do Brasil. Refiro-me à invasão da **Folha**, quando decidiu, numa tensa reunião, à noite, que reagiria aos atos arbitrários do recém-empossado presidente Collor, lançando a campanha que estancou sua crescente violência contra direitos da cidadania.

Sua reação — com o jornal tornando-se paladino do retorno aos princípios democráticos — animou políticos e cidadãos a reagirem também, com o que o país voltou à normalidade. Lembro-me quando nos disse: “Ou seremos presos ou restabeleceremos a democracia na nação”.

Octavio Frias de Oliveira, Roberto Campos, Meira Mattos e Oscar Corrêa são quatro amigos que influenciaram minha vida

Roberto Campos foi outro amigo inesquecível. Prefaciou meu primeiro livro sobre finanças públicas (1971), fundamos a Academia Internacional de Direito e Economia e tive o privilégio de saudá-lo quando ingressou na Academia Mato-grossense de Letras. O livro intitulado “O Homem mais Lúcido do Brasil”, em que suas melhores frases foram selecionadas por Aristóteles Drummond, demonstra o que foi.

Meira Mattos é o terceiro saudoso amigo. Talvez o maior geopolítico do Brasil. Na 2ª Guerra, ao tomar trincheiras em Monte Castelo comandando companhia que recuara no dia anterior sob outro comando, foi a principal testemunha de defesa no processo militar promovido contra o capitão que recuara as tropas.

Em seu depoimento, foi firme em atestar que se o batalhão não tivesse sido muito bem treinado por aquele que sucedera nunca teriam as tropas sob seu comando conseguido tomar as trincheiras dos alemães.

Por fim, cabe-me lembrar de Os-

car Corrêa, que, exatamente, há dez anos morria. Deputado estadual, federal, professor titular de direito da UFMG, ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, acadêmico da Academia Brasileira de Letras, economista, jurista, político, filósofo e poeta, deixou profunda marca.

Lembro-me de uma viagem juntos, em virtude de um caso profissional, quando ele já estava aposentado. Paramos no Rio, para que seu filho, então deputado federal, viajasse conosco. Oscar Filho, quando entrou no avião, beijou sua mão dizendo “Bênção, pai”. Impressionou-me tal respeito, hoje pouco comum.

São quatro amigos que influenciaram decididamente minha vida. Quis homenageá-los por ocasião desses dez anos de ausência de Oscar Corrêa. Quando presidi a Academia Paulista de Letras, tínhamos o hábito de lembrar a efeméride dos acadêmicos mortos da semana, sempre com a frase “Não podemos esquecer dos nossos imortais”.

É o que faço neste breve artigo de saudades, memória e reverência a esses brasileiros, cujo espírito cívico falta hoje.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 80, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

ABI vai ao Supremo contra direito de resposta

Associação Brasileira de Imprensa pede que seja declarada a inconstitucionalidade da nova legislação sobre o tema

Regra cria rito na Justiça para contestar veículos de mídia; entidade vê prejuízo à liberdade de expressão

DE BRASÍLIA

A Associação Brasileira de Imprensa pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional a nova Lei de Direito de Resposta, recém-sancionada, que estabelece rito especial na Justiça para contestar publicações dos órgãos de imprensa.

A entidade solicita ainda ao Supremo decisão liminar (provisória) para suspender os efeitos da lei até que o plenário do tribunal decida o caso. A ação será analisada pelo ministro Dias Toffoli.

Segundo a ABI, a medida atenta contra a liberdade de imprensa e de expressão e o princípio da ampla defesa.

Argumenta ainda que a nova regra foi inspirada na chamada Lei de Imprensa, editada pela ditadura militar (1964-1985) e derrubada em 2009 pelo Supremo —desde então, o direito de resposta, que está previsto na Constituição, vinha sendo exercido com base nos Códigos Civil e Penal.

A nova lei cria um rito especial que determina aos veículos de comunicação a publicação de resposta gratuita e com o mesmo destaque para material “cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem” de pessoa ou empresa.

Interessados têm até 60 dias para apresentar ao órgão de comunicação o pedido de direito de resposta, que tem sete dias para publicá-la. Se não o fizer, ou se o atingido não se declarar satisfeito com a resposta, cabe ação judicial.

Para a ABI, uma das principais falhas da lei é o desequilíbrio entre as partes.

“Não é aceitável em uma democracia que jornalistas sejam constrangidos e impedidos de exercerem livremente o ofício de informar. Os conceitos elásticos que se referem a preservação do nome, da imagem e da honra, incrustados na lei ora impugnada, já começaram a produzir os objetivos desejados, como no governo dos generais”, diz.

Caso o STF não invalide a norma por inteiro, a ABI pede que seja declarado inconstitucional o artigo 2º, parágrafo 3º, que estabelece que a retratação ou retificação espontânea —ainda que com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão do agravo—, não impedem o exercício do direito de resposta pelo ofendido nem a ação de reparação por dano moral.

OAB

Essa é a segunda ação que questiona a lei no STF. A primeira, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), diz ser inconstitucional o artigo 10º, que exige decisão colegiada de desembargadores para suspender decisão de primeira instância favorável a um pedido de direito de resposta.

Um dos argumentos é que a exigência fere os princípios constitucionais da igualdade entre as partes de uma ação.

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Resposta necessária

Em boa hora a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal na qual pede a declaração de inconstitucionalidade da recém-aprovada Lei do Direito de Resposta.

Soma-se, desse modo, aos esforços da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), embora esta entidade tenha limitado suas críticas ao artigo 10º da nova lei.

Entende-se a escolha da OAB. Ao determinar que eventual recurso contra decisão judicial dependerá da análise prévia de um colegiado, esse dispositivo extingue, na prática, as possibilidades de defesa do veículo de comunicação.

Imagine-se que um juiz deu razão a uma pessoa que tenha se declarado ofendida por determinada reportagem; a sentença obriga o órgão a publicar a resposta; deve fazê-lo em 24 horas, sob pena de precisar pagar multa elevada.

Caso queira se defender dessa decisão, o órgão poderá, naturalmente, contar com o reexame da situação por um tribunal. Precisar-se-á esperar, entretanto, que um colegiado de desembargadores se reúna; caso isso não aconteça a tempo —o que decerto constitui-

rá a regra—, terá de arcar com os termos da sentença.

Não espanta que esse estapafúrdio juízo colegiado não figure em nenhuma outra parte do ordenamento jurídico brasileiro. Sua existência contraria os princípios do contraditório e da ampla defesa, duas garantias banidas somente por governos ditatoriais.

Os problemas, todavia, não se resumem no artigo 10º. Ele apenas sintetiza com clareza e precisão os graves defeitos dessa lei. Como bem argumenta a ABI, “a arquitetura jurídica do texto adota princípios de um regime de exceção, ao se mostrar desproporcionalmente desequilibrada, exigindo mais de uma parte que da outra”.

Esta **Folha**, não custa repetir, tem defendido a criação de uma lei específica para regular o direito de resposta. Isso é necessário tanto para assegurar prazos razoáveis a ambas as partes como para definir os parâmetros de sua utilização.

Obviamente, nada disso pode ser feito em desrespeito à Constituição. Dessa lição básica, contudo, o legislador se esqueceu —e só o Supremo Tribunal Federal, agora, pode aplicar o devido corretivo.

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Mais um passo

Prisão do senador Delcídio do Amaral atesta que, no Brasil de hoje, ninguém está automaticamente a salvo de ser punido pela Justiça

Por ampla maioria de votos (59 a 13), o Senado Federal decidiu, na noite desta quarta-feira (25), acatar a prisão do líder do governo na Casa, Delcídio do Amaral (PT-MS), decretada no mesmo dia pelo ministro Teori Zavascki e referendada por seus colegas da segunda turma do Supremo Tribunal Federal.

O episódio representa etapa significativa na dissolução de uma imagem consolidada, com bons motivos, na opinião pública: a de que poderosos e ricos estão sempre a salvo das garras da Justiça.

Ao que tudo indica, foi decisiva a pressão popular para o desfecho do episódio no Legislativo. Ainda no começo da tarde, não se sabia com certeza se a maioria dos senadores apoiaria a resolução do STF ou se, valendo-se de sua prerrogativa constitucional, determinaria a soltura do congressista.

A situação de Delcídio, contudo, era indefensável. Gravações obtidas dentro da lei haviam flagrado o senador a planejar a fuga de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras preso na Operação Lava Jato.

O petista pretendia impedir que Cerveró firmasse acordo de delação premiada com os investigadores, contando a estes o que sabe sobre o escândalo bilionário e deles obtendo algum alívio penal.

Delcídio diz ter recorrido a André Esteves, presidente do banco BTG Pactual, para oferecer ao ex-diretor da Petrobras e a sua família vantagens financeiras. Enquan-

to isso, assegurava ter meios de facilitar a vida de Cerveró no STF.

Era demais, e pode-se atribuir parte do rigor da corte ao empenho em dissipar qualquer suspeita de entendimentos entre seus membros e o senador.

Do ponto de vista técnico, a prisão de Delcídio —mas não a de Esteves— demandou exegese sofisticada. Pela Constituição, um parlamentar só pode ser preso ao ser flagrado cometendo crime inafiançável, como o homicídio qualificado e a prática de tortura, entre outros.

Os ministros do Supremo consideraram que se impunha a prisão preventiva do senador —para a qual não há fiança—, dada sua capacidade de influenciar um processo criminal em andamento.

Decidiram, além disso, que o conceito de “flagrante” se aplica na medida em que um dos delitos de que Delcídio é acusado, o de constituir organização criminosa, possui caráter permanente.

Aceitando o juízo, e optando por abandonar a votação secreta em suas deliberações —felizmente contrariando, nesse ponto, um injustificável dispositivo do regimento interno da Casa—, o Senado curvou-se à pressão pública.

A alternativa seria desastrosa.

Presos um dos banqueiros mais importantes do país e um senador da República, confirma-se a sensação de que, no Brasil de hoje, a condição política ou econômica privilegiada já não equivale a um passaporte para a impunidade.

Espera-se apenas que, nesse mais que bem-vindo reequilíbrio da balança da Justiça, a vontade de punir a todo custo não passe a pesar mais que as garantias individuais prescritas na Constituição.

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Decisão forçada

SÃO PAULO - Não há dúvida de que a prisão do senador Delcídio do Amaral foi merecida. Suas manobras para evitar a delação premiada de Nestor Cerveró constituem o triunfo do escárnio sobre o cinismo, para tomar emprestadas palavras da ministra Cármen Lúcia. Receio, porém, que o STF tenha forçado um pouco a interpretação da lei para sustentar a prisão do senador.

A Carta é inequívoca ao definir que parlamentares só podem ser presos "em flagrante de crime inafiançável" (art. 53, § 2º). Até acompanho o entendimento de que a formação de uma organização criminosa para frustrar a operação Lava Jato é crime permanente (dura enquanto a organização criminosa durar), de modo que o flagrante está caracterizado.

Em relação à inafiançabilidade, a questão é mais complicada. A Constituição enumera os crimes inafiançáveis (racismo, tráfico, tortura, terrorismo, ação armada contra o Estado e os definidos em lei como hediondos) e os delitos de que o senador é acusado não passam perto dessa lista.

O próprio relator da ação admite que a prisão "não é cabível na literalidade do dispositivo [constitucional]", mas defende que a interpretação seja relativizada. Não tenho nada contra relativizar mandamentos constitucionais. Diria até que é impossível não fazê-lo. Mas é complicado reduzir o alcance dos que estabelecem garantias fundamentais. O risco é que deixem de ser garantias.

Minha hipótese para a incomum severidade do STF é que a gravação mostra Delcídio sugerindo que poderia influenciar ministros a beneficiar Cerveró. Aí, para provar que não são influenciáveis, os juízes transformaram o senador num exemplo. Entre a imagem do Supremo e o rigor garantista, optaram pela primeira. Não me parece a mais católica das decisões, mas não dá para afirmar que fira o Estado de Direito. No fim das contas, não faz muita diferença, já que, diante da prova, só um milagre salvará Delcídio de condenação.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Instinto de sobrevivência

BRASÍLIA - O Senado evitou o suicídio institucional ao manter a prisão de Delcídio do Amaral. Se mandasse soltar o petista, a Casa incitaria a revolta da opinião pública e compraria uma briga inglória com o Supremo Tribunal Federal.

As provas contra Delcídio são incontestáveis. Ele foi gravado tramando a fuga de um preso do país e prometendo usar sua influência para convencer ministros do STF a anular delações da Lava Jato. Além disso, envolveu um poderoso banqueiro na tentativa de comprar o silêncio de um ex-diretor da Petrobras.

Sua oferta ao filho de Nestor Cer-veró teve "conteúdo indubitavelmente ilícito", como anotou o ministro Teori Zavascki. Diante do teor da gravação, a 2ª Turma do Supremo não hesitou em referendar, por unanimidade, a prisão do líder do governo.

Apesar da solidez das provas, o Senado ensaiou uma operação para livrar Delcídio da cadeia. A tentativa de resgate foi liderada pelo presidente Renan Calheiros, que está na lista de investigados da Lava Jato.

O peemedebista traçou um plano simples: o futuro do senador preso seria decidido em votação secreta, na qual ele teria boas chances de ser libertado. Num apelo ao corporativismo, Renan insinuou que o STF "grilou" poderes do Legislativo, que deveria afirmar sua independência.

O discurso foi endossado por Jader Barbalho, que declarou não ser "guiado" pela opinião pública. Ele acrescentou que já passou por muitas "lutas" e "dificuldades", sem mencionar o fato de ter sido preso e algemado pela PF em 2002, em outro escândalo de corrupção.

"O que está em jogo neste momento é a vida da instituição, é a vida do Senado Federal", afirmou Jader, na tentativa de convencer os colegas de que Delcídio merecia a proteção do voto secreto. Por instinto de sobrevivência, os senadores entenderam o aviso de outra forma. Eles optaram pela votação aberta e confirmaram a prisão do petista por ampla maioria: 59 a 13.

27 NOV 2015

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Ladrões, inclusive de galinhas

RIO DE JANEIRO - Os sociólogos, como sabemos, vieram ao mundo para nos explicar por que as coisas são como são. Por isso, outro dia corri a um deles para me dizer por que, num país tão farto em ladrões, um dos mais simpáticos e poéticos desaparecera: o ladrão de galinhas.

A culpa foi da especulação imobiliária, ele me disse. Com a substituição das casas pelos edifícios e o fim dos quintais, acabaram-se os galinheiros domésticos. E, sem eles, não pode haver ladrões de galinhas.

Daí minha surpresa ao ler sobre o furto de 25 codornas poedeiras no quintal de uma casa em Selvíria, no Mato Grosso do Sul. Um jovem chamado Jocimar, acusado do crime, foi a julgamento e tomou um ano de prisão. Nas várias idas e vindas do caso pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público e STJ (Superior Tribunal de Justiça), Josimar foi absolvido, condenado e absolvido de novo.

Foi então que me dei conta de que esse caso aconteceu em 2001, mas só agora, nesta quarta-feira, chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal), que o finalizou. Os ministros Carmen Lúcia e Dias Toffoli condenaram Josimar, mas Gilmar Mendes, Teori Zavascki e Celso de Mello aplicaram o princípio da insignificância e votaram pela absolvição. Josimar é hoje não apenas um homem livre, mas o último ladrão de galinhas vivo do país. Merecia um estudo.

Nesta mesma quarta, talvez na mesma sessão, o STF tomou a decisão histórica de mandar prender o senador petista Delcídio do Amaral, por acaso também do Mato Grosso do Sul, por tentar subornar o ex-diretor internacional da Petrobras Nestor Cerveró, para ele não abrir o bico, e ajudá-lo a fugir para a Espanha.

Nos velhos filmes ingleses e americanos, o sujeito dava um golpe lá fora e vinha se esconder no Brasil. Agora é diferente: o sujeito dá um golpe no Brasil e vai se esconder lá fora. Preciso achar um sociólogo que me explique isso.

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Acusação contra senador causou 'perplexidade', diz ministro Fux

BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux afirmou nesta quinta-feira (26) que causou "perplexidade" a acusação de que o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), tentou atrapalhar as investigações do esquema de corrupção da Petrobras, o que levou o tribunal a decretar sua prisão.

Segundo Fux, o caso demonstra uma "falha de personalidade" do petista.

"Foi uma perplexidade pela figura que o senador Delcídio sempre representou. Foi uma surpresa, deu até um sentimento de frustração, porque ele é uma figura emblemática, um homem com um bom perfil humano", disse.

Para o ministro, os senadores deram um bom exemplo "de como a instituição quer seguir" ao ter mantido a prisão do colega, conforme decisão do Supremo, na quinta (25).

Questionado sobre a manutenção do mandato de Delcídio, o ministro disse que isso certamente será discutido pelo tribunal, uma vez que a Procuradoria-Geral da República deve tratar do tema ao oferecer denúncia contra o congressista.

Ele citou ainda que o mesmo debate deve ser feito sobre um eventual pedido de afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), outro alvo da Lava Jato.

27 NOV 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ALERTA GERAL

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), reuniu os colegas da 2ª turma da corte em seu gabinete, na terça (24), para uma reunião de emergência, em caráter informal. Queria avisá-los com antecedência que autorizaria a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS). Tentava obter apoio antecipado para medida considerada excepcional e extrema.

MÃO ÚNICA

Ministros da turma de Teori, formada por Celso de Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Cármen Lúcia, chegaram à reunião resistindo à medida. Os fatos mostrados por Zavascki, no entanto, eram “tão chocantes”, nas palavras de um dos magistrados, que todos, por unanimidade, concordaram que a prisão era inevitável.

PIOR QUE TÁ...

Zavascki, que, antes mesmo de tomar conhecimento dos fatos envolvendo Delcídio do Amaral, já dizia a amigos íntimos e a colegas do próprio tribunal que “o pior ainda está por ser revelado”, segue adotando o mesmo tom grave em relação à Lava Jato.

...PODE FICAR

Os avisos alarmistas incluem a delação premiada de Nestor Cerveró, que Zavascki homologou há alguns dias.

●
O ministro, que define o ex-diretor da Petrobras como um homem que “sabe muito”, é um dos poucos no país que têm pleno conhecimento do conteúdo, aparentemente explosivo, das revelações do ex-executivo.

FRANCISCA VERGÍNIO SOARES

O morro, o Direito e a Justiça

Francisca Verginio Soares

O capítulo 2 da Constituição Federal de 1988 que versa sobre os Direitos Sociais estabelece no artigo 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Um fato, dentre tantos, ocorreu em Londrina no último mês e fere substancialmente esse artigo que diz respeito ao direito de moradia de 52 famílias que moram no Morro dos Carrapatos. As mesmas terão que deixar a área, posto que por força de um mandado de reintegração de posse, a Justiça atendeu ao pedido de uma construtora que, alegando ser propriedade particular, reivindica o terreno para a construção de um condomínio no local.

Segundo José Afonso da Silva, jurista da área de Direito Constitucional, "os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade".

No caso dos moradores do Morro dos Carrapatos está claro que é um direito fundamental social que é o direito de moradia, garantido constitucionalmente. Neste entendimento, não deveria o Judiciário efetivar a concretude deste direito ou a aplicação da justiça no caso concreto? Não deveria os juízes torná-la real em favor dos mais necessitados? Neste caso, a construtora é mais necessitada?

Pergunta-se ainda: será que o juiz precisa mesmo determinar o despejo destas famílias? Existem princípios morais que protegem essas pessoas, que são a proteção às famílias, o direito à moradia. Portanto, penso que o julgador poderia analisar essa situação à luz desses princípios morais para fazer um julgamento

que tenha muito maior poder de persuasão e aceitação pela sociedade do que a aplicação do rigor, citando, o juiz David Diniz Dantas.

Observe-se, que do ponto de vista legal ou jurídico estão garantidos os direitos fundamentais sociais de promoção da dignidade humana. Além da Constituição, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente faz menção ao direito desses últimos de estarem com suas famílias. Portanto, é "fundamental e constitucional a importância da moradia para o ser humano, pois dispõe de mecanismos básicos de amparo físico e moral de cada pessoa, por exemplo, abrigar do perigo, agentes da natureza e também garantir a cidadania".

As legislações são diversas no tocante a garantias constitucionais deste direito social, o de morar, o elenco é extenso, o que se precisa, por outro lado, são leis que tornem obrigatória a efetivação da justiça a quem de fato está aliado de seus direitos.

Alguns objetivos fundamentais da Constituição fixados no artigo 3º: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. Porém, as sentenças proferidas pelo Judiciário das diferentes instâncias no Brasil não têm

correspondido a esses preceitos constitucionais. Salvo raras exceções, temos visto sentenças que mostram discriminação, etnocentrismo e distanciamento das classes populares.

Enfim, a sentença proferida em favor da construtora e contra os moradores do Morro dos Carrapatos mostra que é verdadeira a máxima: "É tão injusto julgar iguais desigualmente quanto julgar os desiguais igualmente".

Judiciário, Direito e Justiça: algum dia caminharão juntos?

FRANCISCA VERGÍNIO SOARES é professora de Sociologia e Antropologia Jurídica e pesquisadora da Unifil e Faculdade Londrina (Unilon)

66

*Temos visto
sentenças
que mostram
discriminação,
etnocentrismo e
distanciamento das
classes populares*

28 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defensoria Pública vai poder recompor orçamento para 2016

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em liminar proferida na noite de quinta-feira, que a Defensoria Pública do Paraná poderá, por meio de ofício a ser encaminhado para a Assembleia Legislativa (AL), recompor o seu orçamento para o próximo ano. A decisão atende uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) na Corte.

A entidade recorreu à Suprema Corte depois que o Executivo cortou em mais de 70% a previsão de orçamento para a Defensoria na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. O valor despencou de R\$ 140 milhões na LDO de 2015 para R\$ 44,5 milhões nos números apresentados para o próximo ano. Conforme a Anadep, a Defensoria Pública possui autonomia funcional e administrativa e, por isso, deveria ter encaminhado sua iniciativa de proposta orçamentária.

Como a LDO 2016 já foi discutida e aprovada na AL, a liminar do STF determinou a suspensão do trâmite da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016 ainda em análise

na Casa, para que a recomposição dos valores possam ser feitos. O órgão estipulou um prazo de 10 dias para que a Defensoria Pública envie, diretamente para o Legislativo, um ofício para recompor o montante inicialmente previsto.

“Não é reduzindo o orçamento que o Executivo vai estruturar a Defensoria Pública. Não podemos imaginar que exista alguém que queira enfraquecer a instituição que está a serviço de 70% da população paranaense”, criticou a presidente da Associação Paranaense dos Defensores Públicos (Adepar) e vice-presidente da Anadep, Thaisa Oliveira.

O projeto de lei que trata sobre a LOA 2016 deve ser votado antes do último dia de trabalho na Casa, previsto para o dia 16 de dezembro. Entretanto, esta data deve ser extrapolada em virtude da decisão do STF. “O governo vem pensando constantemente em retirar este recurso

destinado à Defensoria e temos alertado de que iria haver problemas”, disse o líder da oposição na AL, Tadeu Veneri (PT). Segundo o líder do governo na AL, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), a determinação será cumprida e o Legislativo vai aguardar o encaminhamento de ofício da Defensoria.

Mesmo que a Defensoria solicite os R\$ 140 milhões de recursos para 2016, não é garantido que este montante será aprovado pelos parlamentares. O que deve acontecer é aumentar o valor inicialmente previsto (de R\$ 44,5 milhões) por meio de emenda. Está em discussão na Casa, inclusive, a possibilidade de aumentar em R\$ 35 milhões o montante destinado à entidade.

MAZZA

Virão outras

Uma liminar do STF obriga o governador a devolver à Defensoria Pública os R\$ 100 milhões que dela tomou em “pedalada” e agora isso o obrigará a alterar o orçamento. O autoritarismo é assim: anestesia quem o pratica e o estimula a novas incursões, entre as quais aquela de botar a mão no capital até então indisponível da ParanaPrevidência. E se perder mais essa - e isso a qualquer momento pode ser levado a julgamento - o que fará com seu plano fiscal de contingências?

28 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Passeando em Foz do Iguaçu

O empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), vai novamente a Foz do Iguaçu (Oeste). Conforme pedido feito por seus advogados ao juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, Abi passará o final de semana em companhia da família no Oeste paranaense e não descarta a possibilidade de cruzar a fronteira para passear no Paraguai ou na Argentina, “deslocamento que é comum àqueles que visitam referida localidade”. Em outubro, o empresário já havia feito pedido semelhante - também para viagem de lazer a Foz. A autorização judicial é necessária porque Abi - réu nos processos das operações Publicano e Voldemort - tem contra ele medidas restritivas alternativas à prisão.

Bumlai segue preso

O desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou ontem o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário José Carlos Bumlai, preso no último dia 24, durante a 21ª fase da Operação Lava Jato. A defesa argumentou, entre outros, que Bumlai colocou-se à disposição das autoridades para elucidar quaisquer fatos, que não haveria risco de reiteração delitiva nem indicativos de que estaria ocorrendo obstrução à coleta de provas e que a decisão baseou-se em informação duvidosa prestada pelo delator Salim Schahin. Para o desembargador, “transparece a gravidade concreta dos crimes investigados e os efetivos riscos à investigação e à instrução penal”, além da “sua proximidade com figuras exponenciais da política nacional”. Bumlai é apontado como muito próximo do ex-presidente Lula.

13º para vereadores custaria R\$ 20 milhões

O Tribunal de Contas do Estado (TC) se manifestou ontem contrário ao pagamento do 13º salário a vereadores. De acordo com o TC, o mérito da questão não foi ainda julgado na Casa porque o tema deverá ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal. O relator desse processo no STF é o ministro Marco Aurélio Mello. Legalmente, vereador é considerado agente político. Se fosse pago 13º aos vereadores de Curitiba este ano, como eles pretendem, a medida teria um impacto de aproximadamente R\$ 625 mil no orçamento da capital. Pelos cálculos do TC, se todas as outras 398 câmaras municipais do Paraná fossem pagar, por extensão, o mesmo benefício aos vereadores, o custo anual seria de R\$ 19,55 milhões nos orçamentos municipais.

28 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Direitos Humanos são barrados em visita à PEL 2

Representante da OAB vai denunciar caso em conselhos superiores; mais de 50 dias após rebelião, 246 presos seguem no pátio da unidade

Celso Felizardo
Reportagem Local

Representantes dos Direitos Humanos e da Pastoral Carcerária foram impedidos de entrar na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2) na tarde de ontem, durante reunião entre vereadores e o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), Katsujo Nakadomari. Mais de 50 dias depois da rebelião, 246 detentos ainda permanecem reunidos no pátio da unidade, alguns apenas de cuecas. Durante todo esse tempo, nenhuma entidade teve acesso ao real estado dos presos.

De acordo com o presidente da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Magno Cícero Leite, estava marcada para às 14 horas, na VEP, uma reunião entre Nakadomari e os integrantes da Comissão de Gestão de Crise, que além dos vereadores, inclui os Direitos Humanos e a Pastoral Carcerária. "Em cima da hora, mudaram o local da reunião e,

chegando aqui na PEL 2, permitiram a entrada apenas dos vereadores", indignou-se.

Além de Leite, foram barrados o membro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Carlos Santana, e o coordenador da Pastoral Carcerária em Londrina, padre Edivan dos Santos. "Isso o que ocorre aqui é uma arbitrariedade. Políticos vêm aqui e falam, prometem muito, mas sabemos que não é bem assim. O Paraná é a exceção das exceções", criticou Santos.

Tanto os Direitos Humanos como a Pastoral Carcerária informaram que vão denunciar o caso aos conse-

lhos superiores.

A presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara, a vereadora Lenir de Assis (PT), também criticou a falta de acesso aos presos. "Não nos deixaram sequer nos aproximar da ala onde estão os presos, nem mesmo das celas. Tudo o que repassamos para os familiares dos presos são o que nos relataram", expõe. Segundo ela, a PEL 2 abriga 772 presos. Do total, 526 já estão nas celas,

Sesp justificou que entrada foi limitada por questões de segurança

que estão sendo reformadas, e 246 permanecem no pátio. A direção garantiu que até domingo, o número de presos nas celas deve subir para 580.

Duas celas no setor traseiro da unidade - já reformadas - estão prontas para receber mais 144 presos. Porém, como a ala é próxima à área externa, por onde objetos são atirados para dentro da penitenciária, ainda não foi liberada. Segundo Lenir, as celas só serão ativadas após a instalação de uma tela para evitar a entrada de armas, drogas e celulares. "Essa tela já deveria ter sido instalada há muito tempo", pontuou Lenir. Segundo ele, dos cerca de R\$ 3 milhões necessários para a reforma da PEL 2, o governo estadual liberou até agora apenas R\$ 12 mil.

CONTINUA

28 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Os vereadores vistoriaram também a comida dos detentos, constante alvo de reclamação. “Pelo que pudemos comprovar, a comida que eles comem é a mesma consumida pelos agentes. Neste ponto não há razão para reclamações. É uma comida de boa qualidade”, avaliou o presidente da Câmara, Fábio Testa (PPS), de pronto vaiado por cerca de 40 mães e esposas de presos que se reuniram em frente à penitenciária em busca de informações mais precisas.

A professora Denise Pimenta, mãe de um preso que cumpre pena na PEL 2, diz que a falta de informações ainda é a mesma de 50 dias atrás. “Eu ligo aqui, eles nos dizem apenas que meu filho está no pátio, mas não informa seu estado de saúde. Fiquei sabendo de um preso que estava há três semanas com um tiro no pé e que só foi atendido ontem (quinta-feira)”, contou.

A reportagem solicitou informações da situação na PEL 2 para a Secretaria de Segurança Pública (Sesp). Na nota enviada, os números divergem dos apresentados pela direção da penitenciária aos vereadores. Segundo a Sesp, 530 presos estavam nas celas até ontem, com previsão de chegar a 576 até domingo. A nota ainda informou que o Departamento de Execuções Penais

(Depen) trabalha de forma conjunta com a Vara de Execuções Penais (VEP) para verificar a possibilidade de progressão de regime de pena de parte dos detentos, por meio de um mutirão carcerário.

Sobre o acesso negado aos representantes dos Direitos Humanos, a Sesp justificou que a reunião que ocorreu na PEL 2 estava marcada entre uma comissão de vereadores e o juiz da VEP. “A presença das demais pessoas não estava prevista e não foi permitida a entrada por questões de segurança, uma vez que parte dos presos ainda se encontrava no pátio e o remanejamento dos mesmos para as celas estava em andamento.”

STF mantém prisão de advogado de Cerveró

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, negou ontem revogar a prisão advogado Edson Ribeiro e determinou sua transferência para o presídio Ary Franco, na zona norte do Rio de Janeiro. Advogado do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, Ribeiro é acusado de tentar obstruir a Operação Lava Jato. Ele foi preso pela Polícia Federal na manhã de ontem no aeroporto do Galeão, no Rio, ao desembarcar de um voo vindo de Miami (EUA). Ele foi levado à Superintendência da PF no Rio, que afirmou ao Supremo que não tem condições de abrigar o preso. Ele era monitorado por policiais norte-americanos desde a quarta-feira, quando o STF emitiu ordens de prisão contra ele, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), um assessor e o banqueiro André Esteves. O banqueiro também foi levado para o presídio Ary Franco.

Por ser advogado, Ribeiro ficará numa sala de Estado maior, tipo de instalação em presídios restrita a ad-

vogados.

De acordo com áudio captado pelo filho do ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró e tornado público na quarta, o advogado e o senador discutiram uma forma de retirar Cerveró da prisão por meio de influência política no STF e, depois, retirá-lo do país pelo Paraguai. Cerveró está preso em Curitiba por decisão do juiz federal Sérgio Moro, responsável pela condução dos processos e inquéritos relativos à Operação Lava Jato.

Na semana passada, integrantes do grupo de trabalho da Operação Lava Jato na Procuradoria Geral da República receberam um telefonema de outra advogada de Nestor Cerveró, Alessi Brandão. Na conversa, ela contou que havia a gravação da reunião com o senador tentando impedir a delação premiada do ex-diretor. A gravação fora feita pelo filho de Cerveró, Bernardo, por estar desconfiado que Edson Ribeiro estaria fazendo um "jogo-duplo": atrapalhando o acordo de delação de seu pai para ganhar dinheiro de um acordo com Delcídio e excluir nomes da delação.

MILITÃO

Culto Ecumênico pelo Dia da Justiça

Está marcado para o próximo dia 2, a partir das 19 horas, no Tribunal do Júri, no Fórum Estadual de Londrina, o Culto Ecumênico para comemorar o Dia da Justiça. Os celebrantes serão o cardeal emérito Dom Geraldo Magela, monsenhor Bernardo Gaffá, pároco da Catedral, e o bispo João Carlos Lopes, presidente do Conselho Metodista da América Latina.

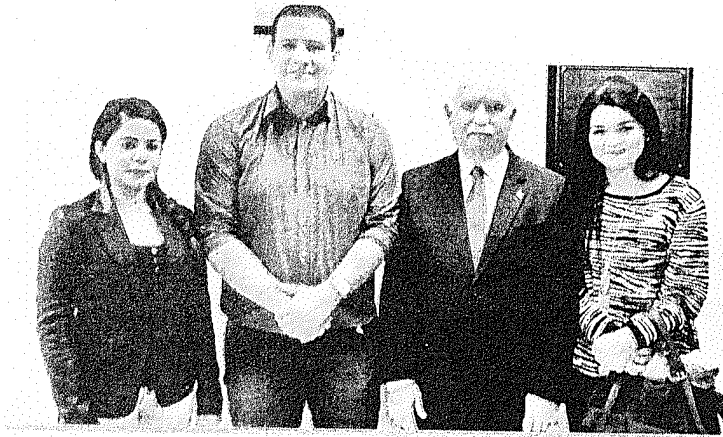
CLAUDIO HUMBERTO

É uma compra de votos moderna"

Ministro Gilmar Mendes (STF), sobre "determinadas políticas públicas" do governo

29 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO



Rita Vieira, Leonardo Felix e Eulina Siqueira, alunos de Direito da UniFil, estiveram com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o dinâmico desembargador Paulo Vasconcelos, quando ele esteve em Londrina para lançar o Programa Audiência de Custódia. Os estudantes participam do projeto de extensão Restaurando Londrina e vão auxiliar na coleta de dados das audiências, para identificar reflexos no sistema da justiça criminal

29 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INADIMPLÊNCIA

Parananenses devem mais e não conseguem pagar as dívidas

Projeto do TJPR identificou queda no número de acordos sobre débitos de consumo, possivelmente porque os devedores não possuem fôlego financeiro para assumir parcelamentos

“

Brasileiros precisam entender a importância de ter uma reserva para as emergências”

Carolina Avansini
Reportagem Local

Os paranaenses estão mais endividados e com menos condições de negociarem acordos relativos às dívidas. Pesquisa realizada pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio) indica que o percentual de endividados com contas em atraso passou de 26% em setembro para 27,3% em outubro de 2015. No mesmo mês de 2014, o valor era de 23%. A inadimplência, ou seja, aqueles que estão com contas atrasadas há mais de 90 dias, também aumentou, passando de 45,8% em setembro para 50,8% no mês passado.

A dificuldade das famílias em honrar os compromissos financeiros acaba gerando o chamado superendividamento, descrito como a impossibilidade do devedor (pessoa física), considerado de boa-fé, pagar todas as dívidas atuais e futuras de consumo em um tempo razoável e com os recursos de renda disponíveis. O Projeto de Tratamento de Superendividamento do Consumidor do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), lançado em 2010 em Curitiba, busca ajudar pessoas com esse perfil.

Para participar, é preciso ser pessoa física e ter dívidas decorrentes da relação de consumo. Após efetuar ca-

astro no projeto, devedor e credores se encontram em audiência realizada na Escola da Magistratura do Paraná, presidida por conciliador voluntário. Na audiência, é proposto um acordo que considere o orçamento familiar do consumidor, de modo a garantir a subsistência básica de sua família. “Caso não haja acordo, o procedimento é arquivado”, explica a juíza de Direito Sandra Bauermann, coordenadora do projeto.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2015

Em Curitiba, foram cadastrados aproximadamente 4 mil pedidos de consumidores até outubro de 2015. Nos dois primeiros anos, em torno de 70% a 80% das audiências resultaram em acordos, mas no último ano a taxa caiu para 50%. “Parte da redução do índice é reflexo da falta de capacidade de pagamento das pessoas. Os acordos precisam respeitar e preservar as despesas básicas de sobrevivência do superendividado, como por exemplo água, luz, aluguel e alimentação. O que temos constatado é que, com o aumento do custo de vida do cidadão brasileiro, a maior parte dos seus rendimentos são justamente destinados às despesas básicas de sobrevivência, pouco sobrando para pagar as dívidas”, relata.

Segundo Sandra, as pessoas atendidas em geral tiveram acesso ao crédito fácil, se comprometeram financeiramente e, diante de mudanças na situação econômica pessoal – como o desemprego – e também pela conjuntura econômica do país, não conseguiram honrar os compromissos. As dívidas sempre podem ser negociadas. O problema, segundo ela, é que os conciliadores não estão conseguindo realizar mais acordos porque os devedores não têm fôlego para assumir o parcelamento das dívidas. “Não adianta fazer acordos que não serão cumpridos”, pontua.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR

A falta de capacidade dos consumidores para negociar suas dívidas reforça a necessidade de aprovação final do Projeto de Lei (PL) do Senado 283/2012, já aprovado em 1ª votação, que atualiza o Código de Defesa do Consumidor. “O PL traz mecanismos de prevenção e tratamento do superendividamento do consumidor pessoa física”, explica.

Segundo ela, o objetivo é reforçar a importância de existir mecanismos para conciliação – como já ocorre no projeto do TJPR – e também a previsão de que os processos de superendividamento tenham procedimento próprio, para que os juízes possam efetivamente resolver litígios caso não se obtenha a renegociação amigável. “A legislação atual não oferece resposta adequada para isso”, adianta, lembrando que o Código de Defesa do Consumidor é de 1990, quando a realidade dos superendividados não existia.

Hoje, a situação é outra. A pesquisa da Fecomércio indicou também que, no Paraná, em outubro deste ano, 85,7% dos entrevistados possuíam dívidas, sendo 27,3% com contas em atraso e 10,9% sem condições de pagá-las. Além disso, no universo pesquisado, 26,3% das pessoas se consideram muito endividados com relação a cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. Outros 40,7% declararam-se mais ou menos endividados, indicando que a

maioria dos paranaenses encontra-se comprometido com dívidas de consumo. Outro dado preocupante é que 40% das pessoas disseram que não teriam condições de pagar as contas atrasadas no mês seguinte às entrevistas.

“O crédito estava muito facilitado, o que incita o consumo exagerado”, lamenta Sandra. Segundo ela, quando as condições de compra são facilitadas, as pessoas acreditam que vão poder honrar as dívidas, mas aí a economia muda ou acontece algum fato negativo na vida e a capacidade de pagamento desaparece, gerando o superendividamento. “Os brasileiros precisam receber educação financeira, entender que é importante ter uma reserva para as emergências”, ensina.

CONTINUA

29 NOV 2015

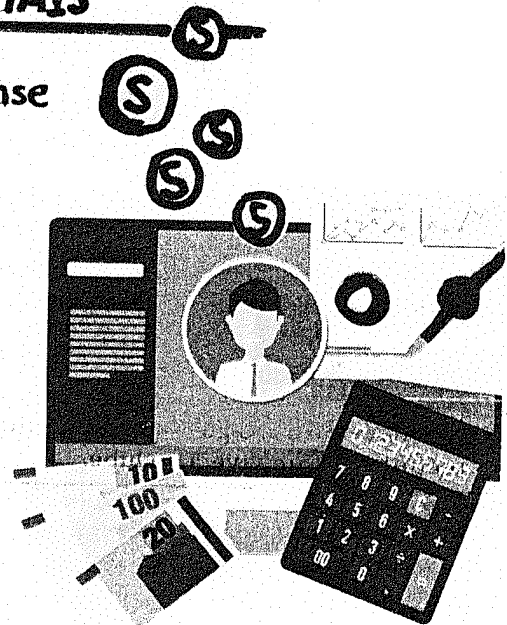
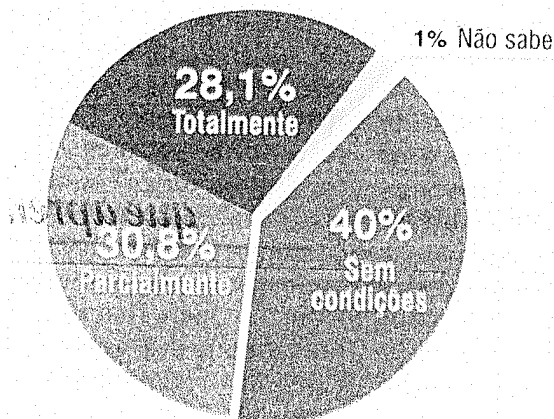
FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CAUTELA NUNCA É DE MAIS

Pesquisa aponta alto índice de endividamento do paranaense

CONDIÇÃO DE PAGAR DÍVIDA EM ATRASO



DICAS DE COMO EVITAR O SUPERENDIVIDAMENTO



- Não se deixe levar por impulsos de consumo, comprando o que não precisa. Compre conforme suas necessidades e, preferencialmente, sem recorrer a empréstimos ou a crédito;



- Reserve parte de sua renda para imprevistos;

- Cultive o hábito de poupar;



- Elimine o desperdício e os gastos inúteis;

- Reduza os supérfluos;



- Controle o seu orçamento, anotando gastos e receitas diariamente;



- Evite financiamentos ou empréstimos muito longos, a menos que sejam estritamente necessários;

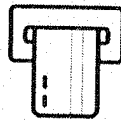


- Reserve parte do 13º salário para ajudar nas despesas sazonais, aquelas que acontecem em determinada época do ano;



- Use o cartão de crédito de forma consciente, não extrapole sua capacidade de pagamento;

- Pague a fatura do cartão de crédito sempre integralmente;



- Pague as contas em dia;

- Não assuma dívidas em benefício de terceiros, não empreste seu cartão de crédito ou seu nome;



- Não gaste mais do que ganha.

Já está superendividado? Nesse caso, não existe mágica. Não há como sair dessa situação sem primeiro equilibrar suas contas. Muito provavelmente, você vai precisar mudar seu comportamento por um bom período de tempo

Fontes: Fecomércio-PR e Banco Central

Folha Arte

CONTINUA

Devedores Anônimos auxiliam a mudanças de hábitos

O desespero e a impotência diante das dívidas são alguns dos sentimentos mais frequentes entre os membros dos "Devedores Anônimos", que se reúnem semanalmente em Londrina. Em 14 anos de atuação, o grupo já realizou mais de 700 reuniões com pessoas interessadas em seguir o programa de doze passos – semelhante a programas destinados a alcoolistas e usuários de drogas – que tem o objetivo de promover a recuperação financeira e a mudanças de hábitos em quem deixou as dívidas chegarem a uma situação insustentável.

"Tem gente que deve R\$ 1 mil e outros devem mais de R\$ 1 milhão", conta um dos coordenadores, que não pode se identificar porque um dos princípios do programa é o anonimato. O atendimento começa com uma reunião de apresentação para o grupo. "Muitos choram, tamanho é o desespero", conta ele. Em seguida, o membro é convidado para uma reunião particular, chamada "alívio de pressão", na companhia de um padrinho escolhido por ele e um veterano. "Nesse momento, traçamos um plano de ação com sugestões concretas para sair do 'fundo do poço'", relata. O primeiro passo, segundo ele, é cuidar da própria saúde, muitas vezes debilitada pelo desespero. Depois, é feito um planejamento –

"Traçamos um plano de ação com sugestões concretas para sair do 'fundo do poço'"

que inclui até mesmo a possibilidade de fazer uma reserva financeira – para pagar os débitos. "Normalmente dá certo, é comum termos ótimas surpresas", comemora.

A maior causa do superendividamento das pessoas que passaram pelas reuniões é com cartão de crédito. "O mais preocupante, porém, são aqueles que devem para agiotas e estão ameaçados", denuncia, lembrando que o grupo já chegou a evitar suicídios de pessoas desesperadas por causa das dívidas. A maioria é vítima da onemania, descrita por ele como um distúrbio mental no controle dos impulsos em lidar com dinheiro. O próprio coordenador se considera vítima da doença, o que trouxe muitos problemas para a vida financeira até ele conhecer o trabalho dos devedores anônimos, ainda em São Paulo. "Tive graves problemas de endividamento de pessoa física

e jurídica, trouxe o grupo para Londrina porque não quero que meus filhos passem por isso", revela ele, que chegou a se desfazer de patrimônio pessoal para sair do "fundo do poço". Recuperado, ele garante que continua atento ao próprio comportamento para não recair. "Me livrei da compulsão e procuro me cuidar." (C.A.)

29 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA Cresce adesão à proposta

anticorrupção do MPF

Eleitores engrossam abaixo-assinado para endurecer lei contra a corrupção no País; iniciativa precisa de mais 700 mil assinaturas

Luis Fernando Wilteburg
Reportagem Local

A indignação dos brasileiros ante as notícias de corrupção envolvendo banqueiros, donos de construtoras e políticos do alto escalão se reflete na adesão ao abaixo-assinado que pede alterações na legislação que endureçam as investigações e punições contra a prática da corrupção. A percepção é do procurador do Núcleo de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (MPF) em Londrina, Luiz Antônio Ximenes Cibim.

A campanha "Dez Medidas de Combate à Corrupção" é encabeçada pelo MPF e começou há quatro meses. É um abaixo-assinado para a proposição de projeto de lei de iniciativa popular que pretende fazer alterações na legislação brasileira que facilitem e fortaleçam a investigação contra crimes do colarinho branco, acelerem o trâmite de processos e estabeleçam penas mais duras para os corruptos.

Para uma proposição do gênero, é necessária a assinatura de 1% dos eleitores, em escala federal ou estadual – nos municípios, são exi-

gidos 5% dos eleitores. Como há mais de 142,6 milhões de eleitores no Brasil, o mínimo de assinaturas exigidas são cerca de 1,4 milhão. Até a sexta-feira, 732.284 eleitores já haviam aderido em todo o país. Destes, 120.732 estão no Paraná.

Os paranaenses ficam atrás apenas dos paulistas, onde 151.295 subscreveram a petição. "Mas, proporcionalmente, estamos na frente", ressalta o procurador federal, já que São Paulo tem quatro vezes mais eleitores: são 31,9 milhões paulistas com título eleitoral contra 7,9 milhões paranaenses.

Segundo Cibim, houve um salto significativo em âmbito nacional nos últimos 20 dias, já que, há três semanas, as adesões no Brasil eram cerca de 500 mil. "Isso só pode ser reflexo da situação que vemos, de congressistas com contas não declaradas no exterior, senador preso (Delcídio Amaral, do PT-MS) e outras notícias", avalia o procurador federal.

Para ele, esses fatos aumentam a revolta da população, que se mostra determinada em busca de melhorias. "E, para isso, precisa de alterações na legislação. Hoje, a

corrupção compensa no Brasil", provoca Cibim, lembrando que a prisão prevista para réus primários é de apenas dois anos e está sujeita à substituição de pena.

Entre as "Dez Medidas" estão justamente o aumento de pena e tornar a corrupção de altos valores em crimes hediondos. Mais informações e um modelo do abaixo-assinado estão disponíveis em <http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br>.

Em Londrina, a coleta de assinaturas será ampliada em seus pontos fixos oferecidos pela administração municipal. Os pontos são estratégicos e concentram um grande número de pessoas todos os dias. Cinco já estão certos: o Centro Cultural da zona norte, a Biblioteca Pública, no centro, o Terminal Rodoviário de Londrina, o balcão de informações do Parque Artur Thomas e a praça de atendimento da Prefeitura de Londrina. O Terminal Urbano também deve começar a receber assinaturas, segundo o procurador.

CONTINUA

29 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

SERVIÇO

LOCAL E HORARIOS

Centro Cultural da Zona Norte
Avenida Saul Elkind, 790
Segunda a sexta, das 12h às 18h

Biblioteca Pública de Londrina
Avenida Rio de Janeiro, 413
Segunda a sexta, das 8h10
às 17h50
Três sábados por mês das 8h10
às 12h45

Parque Artur Thomas
Rua da Natureza, 135
Segunda a sexta, das 12h às 18h

Prefeitura de Londrina
Av. Duque de Caxias, 635 -
Centro Cívico
Segunda a sexta, das 9h às 17h30

Terminal Rodoviário de Londrina
Avenida Dez de Dezembro, 1.830
Diariamente, das 6h às 0h

Terminal Urbano de Londrina
Av. Arcebispo Dom Geraldo
Fernandes, 1351
Ainda em definição

MILITÃO

●● Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal, disse que a prisão do senador Delcídio Amaral "é um ato de normalidade constitucional".

30 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Projeto recruta padrinhos afetivos

"Abraça um Futuro" promove convivência entre voluntários e crianças e jovens abrigados

SERVIÇO

"Abraça um Futuro"

Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE)
www.abraceumfuturo.com.br
Telefone: (43) 3572-3709 /
3572-3286

Antoniele Luciano
Reportagem Local

Proporcionar a crianças e jovens abrigados em instituições de acolhimento uma nova perspectiva de vida. É isso o que voluntários que se dispõem a passar um tempo com este público, em Londrina, podem proporcionar através do projeto "Abraça um Futuro", da 1ª Vara da Infância e da Juventude. Lançada há pouco menos de um mês, a iniciativa consiste em um apadrinhar afetivamente um dos internos, seja realizando passeios culturais, fazendo visitas periódicas ou levando o afilhado para passar momentos com a sua família. O objetivo é tentar fazer a diferença para estas crianças por meio de uma convivência afetiva.

Londrina e Tamarana - que também faz parte do projeto - têm hoje 88 crianças e adolescentes, de zero a 18 anos, vivendo nas instituições de acolhimento Casa de Maria, Lar Anália Franco, Casa de Passagem, Residencial do Café, Núcleo Social Evangélico de Londrina (Nuselon), e Abrigo

A designação do padrinho é de acordo com as afinidades entre o voluntário e o afilhado"

Municipal de Tamarana. A servidora Vivian Senegalia Morete, referência técnica do Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE), responsável pelo "Abraça um Futuro", explica que apenas internos de 7 a 18 anos têm disponibilidade para receber apadrinhamento afetivo. "São crianças que não estão para adoção. A designação do padrinho é de acordo com as afinidades entre o voluntário e o afilhado. Às vezes, a pessoa dá mais certo com uma criança. Outras vezes, com um adolescente", salienta.

A ideia é que o padrinho afetivo crie vínculos de segurança e amizade a longo prazo com a criança ou adolescente e os ajude a formar um referencial de família.

"É alguém com quem, no futuro, eles poderão conversar sobre a vida. Quando completam 18 anos, muitas vezes já não têm mais ligação com a família, e poderão ter neste padrinho um suporte após o acolhimento", comenta Vivian.

REQUISITOS

Para participar do "Abraça um Futuro", é preciso ter mais de 21 anos e passar

por uma entrevista com os responsáveis pelo projeto, oficina e visita domiciliar. Mesmo quem não quer ter um envolvimento afetivo com as crianças, tem a possibilidade de contribuir através de outras formas de apadrinhamento. Neste caso, entram os trabalhos voluntários; a doação de materiais, como roupas, calçados, brinquedos e livros; o custeio de atividades, como escolinha de futebol ou inglês, e concessão de bolsas; e ainda disponibilização de vaga de estágio e aprendizagem. "São áreas em que não há necessidade de convivência. Temos uma demanda bastante grande na área de serviços", pontua a servidora do NAE.

Conforme ela, podem se inscrever para o trabalho voluntário, profissionais liberais, como médicos, professores, dentistas, nutricionistas, fonoaudiólogos e psicólogos. As atividades ocorrem de acordo com a disponibilidade do voluntário, podendo, inclusive, ser realizadas no local de trabalho do inscrito. "Pessoas que têm tempo disponível e que gostam de desenvolver atividades terão um lugar onde serão muito queridas", assinala Vivian.

30 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Prisão de Delcídio instala pânico em Brasília

Senador petista, que já foi filiado ao PSDB, era o principal interlocutor com a oposição, mas agora foi 'imolado'

Brasília vive um 'clima de pânico'.

*Ninguém mais sabe quem
poderá ser o próximo"*

Edson Ferreira
Reportagem Local

A magnitude do abalo político sentido no Planalto Central brasileiro na semana passada, iniciado com a prisão do senador Delcídio Amaral (PT-MS), em pleno exercício do mandato, ainda não pôde ser medida. As réplicas da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) rondam o Distrito Federal desde a última quarta-feira e mantêm entre parlamentares a sensação de que um novo "incidente" – classificação dada pelo ministro chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini – poderá vir a qualquer momento.

Considerando que outros políticos são investigados pela operação Lava Jato e a confirmação dos acordos entre a construtora Andrade Gutierrez e o Ministério Público Federal (MPF), o analista político Elve Cenci define que Brasília (DF) vive um "clima de pânico". "Ninguém mais sabe quem poderá ser o próximo." Delcídio, que já foi filiado ao PSDB, era um dos poucos petistas que mantinham um diálogo harmonioso com a oposição. Ele foi preso junto

com o banqueiro André Esteves, um dos principais financiadores das campanhas eleitorais de políticos de diversos partidos.

A nota divulgada pelo PT nacional, no dia da prisão, se distanciando das ações do ex-líder do governo no Senado, e os anúncios de uma iminente expulsão, sinalizam que a primeira tentativa foi recriar a figura do "bode expiatório" para canalizar todo o mal para o filiado que se desviou. "Estratégia semelhante foi utilizada pelo partido no caso do ex-deputado André Vargas", lembrou Cenci. Vargas, casado no final do ano passado e preso em Curitiba há sete meses, foi pressionado a deixar o partido antes de perder o mandato.

Cenci explica que a estratégia de "imolar um para salvar os demais" não é exclusividade petista. "Infelizmente, sempre acontece assim na política brasileira. Para não criar uma crise maior e não mexer com as estruturas de poder, isola-se para expiar os males. Foi assim no caso Collor. Embora ele tenha perdido o mandato, a figura a

ser odiada pela opinião pública foi o PC Farias. No mensalão, foi imolado o ex-ministro José Dirceu", comparou o analista.

As gravações feitas por Bernardo Cerveró, filho do ex-diretor da Petrobras, na reunião sobre o possível plano de fuga, mostram citações de nomes de peso dos Três Poderes, como o vice-presidente da República, Michel Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e ministros do STF, revelando a confiança de Delcídio na ajuda deles na ação criminosa que liberaria Nestor Cerveró. Para o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Clodomiro Bannwart, "isso coloca em xeque a credibilidade das instituições". "Essa tranquilidade dele ao falar sobre o apoio na liberação do Cerveró dá a sensação de que há um estado de exceção paralelo ao estado democrático de direito."

CONTINUA

30 NOV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Durante a sessão extraordinária, na qual os senadores referendaram a decisão do STF e mantiveram o colega na cadeia, houve a intenção do próprio Renan e da bancada petista de reorganizar a Casa e salvar Delcídio, fazendo a votação fechada, mas "a prisão foi tão repentina que não houve sequer tempo para que os senadores se articulassem no corporativismo já tradicional", observou Bannwart.

Para Cenci, a atitude do STF, determinando a prisão, mais tarde mantida pela Segunda Turma, também foi uma tentativa de evitar a descrença na Corte. "A decisão de prender foi uma espécie de corte rápido nas ilações que iriam surgir sobre o favorecimento a Cerveró, conforme aparece na gravações. Ministros e políticos foram citados, mas até agora ninguém os questiona. Sobrou só para o Delcídio, por enquanto."

28 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Gestão Richa tem 72 horas para explicar a superlotação em presídio

Diego Ribeiro

I A magistrada Patrícia de Almeida Gomes Bergonse deu 72 horas para o governo estadual se manifestar a respeito da superlotação na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. O prazo começou a contar no dia 25, última quarta-feira. O despacho foi dado em consequência de um pedido judicial do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) para que o governo estadual intervenha na unidade para diminuir a superlotação e aumentar o número de agentes. Segundo ofício da entidade, a PCE tem cerca de 1,7 mil presos com cerca de 140 agentes lotados na unidade. Desse total, quase 40% deles seriam provisórios (sem condenação definitiva).

O problema, contudo, é que há, segundo o Sindarspen, apenas 10 agentes penitenciários para acompanhar as cerca de 800 movimentações diárias de presos (acompanhamento para escola, visitas de advogados etc) da PCE. Seriam necessários mais 103 agentes na unidade.

Procurado, o Depen informou que só se pronunciará quando receber o despacho.

28 NOV 2015

GAZETA DO POVO

STF manda governo Rica devolver R\$ 100 milhões à Defensoria

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) obriga o governo do Paraná a colocar mais R\$ 100 milhões no orçamento da Defensoria Pública para 2016. A liminar foi concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, a pedido da própria Defensoria. O orçamento de 2016 para a Defensoria é de R\$ 40 milhões, segundo a lei já enviada pelo governo à Assembleia Legislativa. O STF determinou que seja de pelo menos R\$ 140 milhões, isso porque o governo já havia previsto o valor maior anteriormente, e depois recuou, o que é considerado ilegal. Para corrigir o problema, o governo terá de refazer a lei orçamentária e enviar o texto de novo ao Legislativo. Barroso também determinou que o trâmite da lei orçamentária de 2016 do Paraná seja suspenso temporariamente. Segundo o líder governista na Assembleia, Luiz Claudio Romaneli (PMDB), o governo terá de cumprir a determinação, mas poderá recorrer no próprio STF.

R\$ 19,55 M\$

é quanto custaria o pagamento de um 13º salário a vereadores de todas as Câmaras Municipais do Paraná, de acordo com o Tribunal de Contas. Para o TC, o pagamento de 13º a agentes políticos é inconstitucional.

29 NOV 2015

GAZETA DO POVO

A nova onda do movimento feminista

De campanha na internet para denunciar assédios a protestos na rua contra projeto que dificulta aborto em caso de estupro, os direitos das mulheres estão na pauta do dia

Caroline Olinda

Quem acompanhou o noticiário dos últimos dias deve ter se dado conta: a causa feminista está na pauta do dia. Assédio, violência doméstica, estupro, desigualdades salariais e mudanças nas regras para o aborto no Brasil foram assunto nos jornais e pipocaram em mensagens nas redes sociais. São todos temas caros às feministas e que influenciam na sua vida de alguma maneira — mesmo se você for homem.

A brigada das mulheres por direitos vem avançando ao longo dos séculos. Em 1791, a francesa Olympe de Gouges percebeu que a ideia de igualdade dos iluministas só incluía os homens. Escreveu o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher” para denunciar a exclusão das mulheres — e, por suas ideias revolucionárias, acabou sendo decapitada. Na mesma época, a inglesa Mary Wollstonecraft escreveu “Uma reivindicação pelo direito das mulheres”, em que defendia o acesso à educação e o direito ao voto.

Quase cem anos depois, o movimento sufragista ganhou corpo nos Estados Uni-

dos e na Inglaterra. Conhecidas como *suffragettes*, essas mulheres fizeram o que se chamou de primeira onda do feminismo. Era a primeira vez na história moderna que mulheres se uniam e se organizavam para reivindicar direitos. Depois delas, outras mulheres e outras reivindicações vieram (veja na linha do tempo).

Hoje, a internet trouxe um novo fôlego ao movimento. Para a socióloga Miriam Adelman, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o meio digital tirou muitas pessoas do isolamento e ampliou os espaços de debate. “Estamos retomando discussões da segunda onda, mas dando um passo adiante. Formas transgênero e o uso do ciberativismo criaram um cenário diferente.”

A historiadora e ativista Máira de Souza Nunes, professora dos cursos de Publicidade e Jornalismo da Uninter, afirma que hoje vivemos uma quarta onda do feminismo. “A internet e as redes sociais possibilitaram novas formas de conexão entre as mulheres e a troca de informações fortaleceu o feminismo, proporcionando o empoderamento individual”, explica.

Prova recente dessa importância da internet para dar visibilidade às bandeiras feministas é a campanha #PrimeiroAssedio — proposta pelo coletivo Think Olga após comentários de teor sexual envolvendo uma criança participante do programa Master Chef Júnior aparecerem nas redes sociais. Depois de viralizar no Brasil, com os depoimentos de centenas de mulheres sobre a primeira vez em que foram assediadas, a cam-

panha se internacionalizou. Nas últimas semanas, outra campanha feminista ganhou a rede. Aproveitado o clima de Natal, mulheres usaram a hashtag #meuamigosecreto para denunciar comportamentos machistas.

O poder de mobilização da internet também aparece fora do mundo virtual. No começo de novembro, as mulheres foram às ruas em várias cidades do país contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O peemedebista é autor do Projeto de Lei 5.069/2013, que dificulta o acesso legal ao aborto para mulheres vítimas de estupro. A organização Artemis, que defende os direitos das mulheres, denunciou Cunha à Organização dos Estados Americanos pelo projeto.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2015

MULHERES NA LUTA

Confira na linha do tempo como se desenrolou a luta feminista ao longo dos séculos:

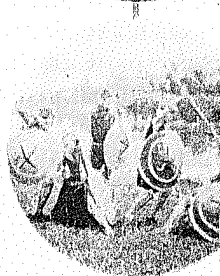
1791 *Olympe de Gouges*, revolucionária francesa, lança o manifesto "Declaração dos Direitos da Mulher", denunciando a "Declaração dos Direitos do Homem" como instrumento de cidadania restrita aos componentes do sexo masculino. Foi morta em 1793 devido às ideias revolucionárias que defendia.



1792 A inglesa *Mary Wollstonecraft* escreve um dos clássicos da literatura feminista: "Uma reivindicação pelo direito das mulheres". No livro, ela defendia o acesso das mulheres à educação.



1848 É realizada a *convenção em Seneca Falls*, em Nova York. Esse é o primeiro encontro para tratar dos direitos da mulher nos Estados Unidos e tem como resultado a Declaração de Seneca Falls, que reivindicava o direito da mulher ao voto e que foi um marco do movimento sufragista. Na Inglaterra, esse movimento foi um dos mais combativos, realizou manifestações de rua e greves de fome.



1857 *129 operárias morrem queimadas pela força policial*, numa fábrica têxtil Cotton, em Nova York. Elas reivindicavam redução da jornada de trabalho, salários iguais aos dos homens e o direito à licença-maternidade. Em 1910, o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas institui o 8 de março como *Dia Internacional da Mulher*, em homenagem a essas mulheres.



1893 A Nova Zelândia é o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres.



1918 O Reino Unido garante às mulheres o direito ao voto.

1920 Com a publicação da *Emenda 19*, é garantido o direito das mulheres ao voto nos Estados Unidos.

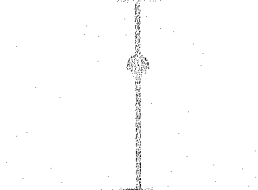


1925 O parlamento japonês exclui as mulheres da lei sobre o sufrágio universal. Nasce o movimento no país.

1932 O governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo finalmente o *direito de voto às mulheres brasileiras*.



1948 A escritora francesa *Simone de Beauvoir* (1908-86) publica o livro "O segundo sexo", uma análise da condição da mulher. É famosa sua frase: "Não se nasce mulher: torna-se mulher".



1960 Surge o *novo feminismo*, em paralelo com a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e com os movimentos contra a Guerra do Vietnã.



1963 Betty Friedan escreve "A mística feminina" que, juntamente com o "Eunuco feminino" – Germaine Green (nascida em 1939) –, apresenta uma crítica feminista do papel subordinado da mulher na sociedade. Mulheres norte-americanas, inglesas, italianas, ganham as ruas difundindo as ideias: "o privado é político, nosso corpo nos pertence".

Fonte: Da Redação com informações do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da UFRGS. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

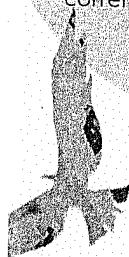
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2015

RADICAL

Feministas dessa corrente defendem mudanças mais profundas no sistema patriarcal no qual, segundo elas, nós vivemos. "Tudo está fundamentalmente errado, do micro ao macro", diz a designer gráfica Fabiane Lima, que milita com essa bandeira. Elas são contrárias a bandeiras defendidas por outras correntes do feminismo, como a legalização da prostituição.



TRANSFEMINISMO

Essa vertente representa as mulheres transexuais. "Por não ter nascido como mulher, sofremos resistência de alguns blocos do próprio movimento feminista", conta a ativista Rafaelly Wiest. A violência física, o acesso à educação e à saúde são algumas das principais bandeiras dessa vertente no Brasil.

INTERSECCIONAL

Essa linha alia os recortes de raça e classe à pauta feminista. "Outras formas de opressão também foram abraçadas. A luta não é só pela igualdade de gênero, também envolve outras instâncias. Mão fosse assim, o próprio feminismo se torna excludente", explica a professora Kelly Mendonça, mestranda de sociologia na UFPR.

FEMINISMO LIBERAL

Para as feministas liberais, a via institucional é o caminho para combater as desigualdades entre homens e mulheres. Dessa forma, uma das lutas dessa vertente é por mais mulheres em cargos de poder e de influência – como na chefia de empresas ou na mesa diretora das casas legislativas. Essas posições seriam essenciais para fazer avançar as causas feministas.

FEMINISMO NEGRO

Essa linha do feminismo surgiu na década de 1980, como uma reação das mulheres negras que não sentiam suas causas representadas por outras vertentes do feminismo. Além das causas relacionadas à mulher, essa linha também debate a questão de raça.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Internet
também é
espaço de
ameaças**

29 NOV 2015

▀ Importante para a divulgação de ideias feministas, a internet também se tornou um campo de ataques contra quem defende a bandeira. A professora do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Ceará (UFC) Lola Aronovich é um dos alvos das ameaças e ações desses grupos.

Feminista ativista, ela mantém desde 2008 o blog *Escreva Lola Escreva* e relata ser atacada desde 2011. Em dezembro do ano passado, passaram a telefonar para sua casa para fazer ameaças de morte e agressão. No mês passado, outro ataque. Um site falso foi criado em nome de Lola.

A página, com título parecido com o do blog real, pregava ideias como o infanticídio e a castração de meninos. “Fiquei me perguntando quem realmente acreditaria que eu escrevi aquilo”, diz.

A página foi retirada do ar e o caso pode virar alvo de investigação da Polícia Federal. O reitor da UFC, Henry Campos, solicitou à PF que investigue o fato e as ameaças que a professora recebe constantemente. (CO)

29 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Governo do Paraná, um reincidente compulsivo

Apesar de aprovar as contas de 2014, TC adotou postura mais firme contra a insistência do estado em cometer irregularidades. Resta saber se isso não será ignorado

Chico Marés

Uma das grandes novidades no julgamento das contas do governador Beto Richa (PSDB) de 2014, na última quinta-feira (26), foi o reconhecimento da baixa efetividade da atuação do próprio Tribunal de Contas (TC). Apesar da aprovação das contas, uma das ponderações feitas pelo conselheiro-relator do caso, Durval Amaral, é que, apesar das ressalvas feitas todos os anos, o governo insiste em repetir as mesmas atividades apontadas como irregulares pelo tribunal. O julgamento, porém, acontece faltando pouco mais de um mês antes do final do ano, deixando a dúvida: o governo vai conseguir “entrar na linha” ainda em 2015?

Em 2014, o governo reincidentiu em 72% dos problemas apontados pelo TC no ano anterior. Esse dado está em instrução da Diretoria de Contas Estaduais (DCE), de agosto de 2015. A mesma instrução revela que não se trata de uma novidade: havia 17 pendências de 2011 e 2012 — parte delas se repetia ao longo dos

anos. Tampouco se trata de uma exclusividade do governo Richa: em 2010, o então conselheiro Heinz Herwig votou pela rejeição das contas por causa, justamente, da reincidência sistemática do governo de Roberto Requião (PMDB) em não sanar os problemas apontados.

Apesar de aprovar com ressalvas as contas de 2014 do governo Richa, o TC apontou, pela primeira vez, a reincidência como uma ressalva em si. Além disso, através de determinação, o tribunal decidiu que a Controladoria e a Ouvidoria-Geral do Estado terão de acompanhar a implantação das chamadas “medidas saneadoras e corretivas”, e ameaçou punir ordenadores de despesas — os secretários e o governador — responsáveis por descumprir suas decisões.

O problema, porém, é o tempo. As contas foram votadas faltando pouco mais de um mês para o fim do ano. O relatório não deixa claro se essa posição mais firme do TC valerá já para 2015 ou apenas para o exercício de 2016.

Uma das determinações, por exemplo, trata da área de ciência e tecnologia. Desde 2005, o governo do estado descumpre a obrigação constitucional de destinar 2% de sua receita tributária para o setor. O TC determina que toda a política de aplicação na área seja revista “em razão da renitência histórica de seu descumprimento”.

A reportagem tentou entrar em contato com o conselheiro Ivens Linhares, responsável pela análise das contas de 2015, mas ele estava em viagem oficial pelo TC. O conselheiro foi o único a votar pela rejeição das contas de 2014.

Governo

Para o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, a maior rigidez do TC não preocupa o governo. Segundo ele, de 18 determinações do TC, 12 já estão sendo cumpridas — e outras cinco passarão a ser cumpridas daqui para frente. Entre as medidas que, segundo o secretário, já estão sendo cumpridas está a revisão da política de ciência e tecnologia do estado.

Costa destaca ainda que não teve acesso aos documentos e que fez essa avaliação a partir do que foi publicado na imprensa.

CONTINUA

Sete das 17 ressalvas do TC não são novas

Das quatro questões que levaram o conselheiro do Tribunal de Contas (TC) Ivens Linhares a votar pela rejeição das contas de 2014 do governo Richa, três já haviam sido verificadas no exercício de 2013. Naquele ano, o governo teve resultado nominal negativo, terminou o ano com disponibilidade de caixa negativa e não comprovou o uso correto de recursos vinculados a fundos especiais. Não se trata de exceção; de um total de 17 ressalvas apresentadas pelo relator das contas do governo, Durval Amaral, sete já haviam sido verificadas em anos anteriores.

Uma das ressalvas que não é inédita é a ausência do demonstrativo de renúncia de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a ocorrência de cancelamento de despesas já liquidadas. Esses fatos foram apontados pelo Ministério Público de Contas (MPC) como motivo para rejeição. O TC já havia apontado, também, a baixa efetividade na arrecadação de créditos inscritos em dívida ativa e o descumprimento do gasto mínimo em ciência e tecnologia.

Duas dessas ressalvas geraram determinações em 2013, que foram descumpridas. Assim, essas determinações voltaram a figurar na lista de 2014. A questão dos Serviços Sociais Autônomos, que o governo alega ter resolvido, também consta na lista dos dois anos. Por fim, o TC voltou a recomendar a extinção de fundos inoperantes.

Todas as questões apontadas por Linhares constavam também do relatório de Durval. A diferença é que, para Linhares, devem ser objeto de ressalvas apenas questões de caráter meramente formal. Nesses quatro casos, ele entendeu que o governo descumpriu a lei — logo, deve ter suas contas rejeitadas. Durval e os outros quatro conselheiros consideraram que essas quatro questões não justificavam a rejeição das contas.

A quarta irregularidade apontada por Linhares foi mais pontual. O governo não demonstrou o que fez com R\$ 117 milhões que arrecadou com venda de ativos em 2014. No seu entendimento, isso fere a Lei de Responsabilidade Fiscal e justifica a rejeição. O resto da corte teve um entendimento mais brando, e determinou que a destinação desses recursos fosse comprovada em até 30 dias.

Segundo Mauro Ricardo Costa, secretário estadual da Fazenda, trata-se de um equívoco de contabilidade do governo. De acordo com ele, esse dinheiro foi pago pela Sanepar em 2013, como parte do pagamento de uma dívida, e, portanto, não se trata de receita de capital, como constava no balanço, e sim de despesa corrente. (CM)

CONTINUA

29 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TC recomenda que planejamento preveja metas objetivas e não generalidades

*Euclides Lucas Garcia
e Chico Marés*

Planejamento de governo para o período de quatro anos, o Plano Plurianual (PPA) foi alvo de duas recomendações por parte do Tribunal de Contas do Estado (TC). Um dos problemas apontados pelos conselheiros é a necessidade de "estabelecer no próximo PPA metas que reflitam qualitativa e quantitativamente os objetivos a serem alcançados, evitando discriminar equivocadamente atividades rotineiras como meta".

Em tramitação na Assembleia Legislativa há cerca de dois meses, o plano para o quadriênio 2016-2019 teria de sofrer profundas mudanças para se adequar à recomendação do TC. A maioria esmagadora das metas estabelecidas no texto de 451 páginas é marcada por generalidades.

Para promover o investimento no turismo, por exemplo, o Executivo planeja "ampliar e qualificar a infraestrutura de recepção turística do estado e executar obras de infraestrutura turística". A meta física é apenas um percentual de obras que devem ser realizadas em estruturas já exis-

tentes de cada região.

Já como uma das formas de desenvolver a economia estadual, pretende-se "melhorar a infraestrutura logística e de transportes para dar suporte ao desenvolvimento econômico". Como meta, o governo diz apenas o número de obras que devem ser realizadas em cada região, sem especificar nem mesmo o tipo de infraestrutura a ser construída. Devem ser alocados R\$ 957 milhões para esse programa nos próximos quatro anos.

O Tribunal de Contas recomendou ainda que o governo adote indicadores de avaliação para o acompanhamento anual das metas previstas no PPA, independentemente do que estabeleçam os indicadores oficiais. O principal exemplo citado pelo relator das contas, conselheiro Durval Amaral, foi o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O plano do Executivo estabelece apuração do índice a cada dois anos, assim como faz o Ministério da Educação. No voto, Durval destacou que o desempenho paranaense no Ideb está abaixo das metas educacionais estabelecidas no PPA 2012-2015.

Para o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, a proposta de PPA para o próximo quadriênio traz indicadores e metas mais precisas, e contempla o que foi recomendado pelo TC.

29 NOV 2015

GAZETA DO POVO

GASPARI

Faca nos dentes

O voto da ministra Cármen Lúcia na reunião do Supremo Tribunal Federal que determinou a prisão de Delcídio do Amaral e André Esteves — “o escárnio venceu o cinismo” — mostra que ela está com a faca nos dentes. Em setembro do ano que vem, Cármen Lúcia assume a presidência do Supremo, com mandato de dois anos.

A rota de Arida

A sorte foi malvada com o economista Persio Arida quando ele escolheu os banqueiros com quem se associou. Depois de ter presidido o BNDES e o Banco Central, Arida foi para a iniciativa privada. Ligou-se ao banco Opportunity, de Daniel Dantas, o poderoso mago da privatária tucana. Arida deixou o Opportunity em 1999. Em 2004, Daniel Dantas foi preso durante a espetacular e malfadada Operação Satiagraha, conduzida pelo delegado Protógenes Queiroz, que mais tarde viria a ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal por vaziar informações sigilosas. Em 2008, Arida associou-se a André Esteves no BTG Pactual. Com a prisão do novo mago, assumiu o comando do banco.

FRASE

"Eu acho que nós temos que centrar fogo no STF agora, eu conversei com o Teori [Zavascki], conversei com o [Dias] Toffoli, pedi para o Toffoli conversar com o Gilmar [Mendes]."

Delcídio do Amaral, senador preso, em conversa com Bernardo Cervero, filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cervero.

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO
**Delegado da Receita
arrecadou
para campanha,
afirma delator**

Em depoimento ao Ministério Público, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, disse que o esquema de propina supostamente montado para abastecer a campanha do governador Beto Richa (PSDB) contava com a participação do então delegado regional da Receita Estadual em Curitiba, Roberto Pizzato. Souza fez acordo de delação premiada e deve deixar a prisão. Procurado, Pizzato não respondeu. A Secretaria da Fazenda informou que não poderia fazer qualquer manifestação sobre o caso “devido ao sigilo funcional”.

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO PUBLICANO

Ex-chefe do Fisco em Curitiba arrecadou propina para campanha, diz delator

PUBLICANO TEM 200 RÉUS

De março até agora, a Operação Publicano já rendeu 5 ações penais contra cerca de 200 pessoas, sendo 64 auditores fiscais. Os demais réus são, em sua maioria, empresários, advogados, contadores e parentes de fiscais. Quatro processos tramitam na 3ª Vara Criminal de Londrina e um na 3ª Vara Criminal de Curitiba, já que se referem a fatos envolvendo auditores da capital. Na esfera cível, também já correm na Justiça de Londrina quatro ações por improbidade administrativa.

Em depoimento do MP, Luiz Antônio de Souza conta que o auditor Roberto Pizzato teria sido responsável por arrecadar R\$ 2 milhões para a reeleição de Richa

Catarina Scortecci

O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, principal delator da Operação Publicano, afirmou em depoimento prestado ao Ministério Público (MP) de Londrina que o esquema de propina supostamente montado para abastecer a campanha do governador Beto Richa (PSDB) no ano passado contava com a participação do então delegado regional da Receita Estadual em Curitiba, o auditor fiscal Roberto Pizzato. As declarações de Luiz Antônio de Souza,

que é auditor fiscal de Londrina desde 1985, foram feitas aos investigadores no mês de maio. O fiscal está preso, mas, devido ao acordo de colaboração premiada já homologado, ele deve deixar a cadeia em meados do ano que vem.

Naquele mês, conforme já divulgado pela imprensa, Luiz Antônio de Souza começou a relatar o que seria um grande esquema de corrupção na Receita Estadual com o propósito de arrecadar dinheiro para os próprios fiscais e também para a campanha de reeleição do governador. Ao falar especificamente da propina da campanha, ele afirma que pelo menos seis delegacias regionais, incluindo a de Curitiba, arrecadaram um total de R\$ 4,3 milhões para a reeleição de Richa e que, no caso da capital, foi Pizzato a pessoa incumbida de garantir R\$ 2 milhões.

Segundo o delator, os outros R\$ 2,3 milhões foram arrecadados pelas delegacias regionais de Londrina, Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz

do Iguaçu e Ponta Grossa. O esquema, ainda segundo ele, era conduzido pelo auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, que atuou como delegado regional da Receita em Londrina entre janeiro de 2011 e junho de 2014 e, na sequência, como inspetor-geral de Fiscalização da Receita, em Curitiba, onde ficou até a deflagração da Operação Publicano, no início deste ano. Ainda de acordo com o delator, Lima seguia as orientações de Luiz Abi Antoun, considerado uma espécie de "eminência parda" no governo tucano e também já denunciado pela Publicano.

Pizzato não foi denunciado pelo MP, que se concentrou até agora nos fatos que teriam ocorrido na Receita de Londrina. Além disso, devido ao foro privilegiado do governador, os investigadores de Londrina não podem apurar declarações, ou qualquer outro elemento, que tenham conexão com Richa.

CONTINUA

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Embora não tenha sido implicado na Operação Publicano, Pizzato foi exonerado do cargo de chefia na Receita Estadual em Curitiba em 16 de março deste ano, no mesmo dia em que Luiz Abi Antoun foi preso pela Operação Voldermot, que trata de suposta fraude em um contrato de consertos de veículos oficiais do governo estadual.

Em entrevista à imprensa cerca de dois meses depois da sua exoneração, Pizzato admitiu que tinha uma relação de amizade com Abi há mais de 30 anos, mas justificou que sua saída ocorreu porque estava próximo da aposentadoria e que seria o momento de “dar espaço a outros”. Pizzato ocupava o cargo de delegado regional de Curitiba desde janeiro de 2011, quando Richa assumiu o primeiro mandato no Executivo estadual.

Até agora, contudo, Pizzato não se aposentou e desde março seguiu trabalhando normalmente na Delegacia Regional em Curitiba, embora sem o cargo comissionado. Em meados de julho, Pizzato obteve autorização para tirar uma licença especial de 180 dias. Seu retorno está previsto para 10 de janeiro de 2016. De acordo com o Portal da Transparência do governo estadual, Pizzato está lotado na Inspeção Regional de Fiscalização da Receita Estadual em Curitiba.

CONTINUA

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para o MP, primo distante de Richa é o chefe do esquema

O Ministério Público (MP) relata nas ações penais da Operação Publicano que o esquema de corrupção na Receita Estadual seria comandado por Luiz Abi Antoun, que é ligado ao governador Beto Richa (PSDB).

O empresário de 59 anos de idade é parente distante do governador — chamado de “primo do Beto” — e participou de campanhas eleitorais do tucano. Por um período, Abi também teve

cargo comissionado na Assembleia Legislativa do Paraná. Beto Richa o nomeou assessor parlamentar no ano de 2000, quando o tucano exercia o seu segundo mandato como deputado estadual.

Até ser preso na Operação Voldemort, em março deste ano, Abi tinha trânsito livre no Palácio Iguazu e, nos bastidores, era considerado um nome influente dentro da administração. Em outro relato do delator Luiz Antônio de Souza, já revelado pela **Gazeta do Povo** no mês passado, o fiscal sustenta que Abi já tinha poder nos bastidores da prefeitura de Curitiba, quando Beto Richa foi chefe do Executivo da capital, de 2004 até 2010.

Propina teria sido dividida entre fiscais e caixa 2

O esquema investigado pela Operação Publicano funcionaria basicamente a partir de acordos de propina com empresários que queriam reduzir ou cancelar débitos tributários na Receita Estadual do Paraná. Outros empresários também eram ameaçados com multas robustas caso não entrassem no esquema. Mais de 100 fatos do tipo, que teriam ocorrido entre 2011 e 2014, já foram relatados pelo Ministério Público (MP) em

denúncias protocoladas na Justiça Estadual.

Segundo o MP, a verba arrecadada seguia, em parte, para o bolso dos auditores fiscais. Outra parte da propina, segundo o delator Luiz Antônio de Souza, teria abastecido um “caixa dois” da campanha de reeleição do governador Beto Richa, em 2014. Mas, devido ao foro privilegiado do governador, a declaração do fiscal, além de outras peças da investigação que citam Richa, não chegou a ser alvo do MP. Todos esses elementos seguiram para Brasília, em julho, para análise da Procuradoria Geral da República (PGR), que tem competência para decidir se pede ou não a abertura de uma investigação. Na PGR, o caso está sob sigilo.

Apuração ainda não avançou para fora da região de Londrina

Embora o MP de Londrina entenda que o esquema de corrupção na Receita tinha abrangência em todo o Paraná, as investigações até agora ficaram concentradas no Norte do estado. Um dos motivos seria o grande volume de material apreendido. Nem todos os documentos e computadores apreendidos passaram por perícia.

Segundo o delator Luiz Antônio de Souza, as delegacias regionais da Receita em Maringá, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa arrecadaram, no total, R\$ 1,5 milhão para a campanha de 2014 de Beto Richa. “O compromisso era de que a própria IGF [Inspetoria Geral de Fiscalização] repassaria diretamente para [Luiz] Abi R\$ 300 mil mensais, por cinco meses, que seriam recolhidos pela IGF dessas delegacias”, diz trecho da delação. A delegacia de Curitiba e a de Londrina, ainda segundo o delator, arrecadaram R\$ 2 milhões e R\$ 800 mil, respectivamente.

Na lista de réus das ações penais já em trâmite, além de Márcio de Albuquerque Lima, outro auditor que ocupava posto importante na Receita, com atribuições em todo o Paraná, é Jaime Nakano, que já foi inspetor-geral de Fiscalização na gestão Lerner. Nakano, porém, foi denunciado por fatos que teriam ocorrido em 2011, quando ele estava em Londrina. Sua transferência para Curitiba ocorreu no fim daquele ano.

CONTINUA

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Pizzato não dá retorno; Richa e PSDB negam irregularidades em campanha

A reportagem deixou recado para o auditor Roberto Pizzato, mas não obteve retorno. Procurada, a Secretaria da Fazenda informou que não poderia fazer qualquer manifestação sobre Pizzato, "devido ao sigilo funcional". Pela regra geral, a Fazenda não precisa de uma denúncia formal do Ministério Público contra um servidor para justificar a abertura de um processo administrativo disciplinar (PAD). Neste mês, a Fazenda abriu PADs contra 62 auditores fiscais denunciados no âmbito da Operação Publicano. Entre as penalidades previstas em um PAD, está a exoneração ou a cassação da aposentadoria.

Richa e PSDB

O governador Beto Richa e o diretório estadual do PSDB já negaram qualquer irregularidade na campanha eleitoral. As defesas de Márcio de Albuquerque Lima e de Luiz Abi Antoun não têm falado com a imprensa, se manifestando apenas nos autos dos processos em curso.

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Negar matrícula a aluno deficiente passa a ser crime

A partir de 2016, quem se recusar a receber estudantes com necessidades especiais receberá multa e poderá ir para a prisão

Marcela Campos

▮ A partir de 2016, qualquer escola, pública ou particular, que recusar matrícula de estudante com deficiência cometerá um crime punível com multa e prisão de dois a cinco anos.

A determinação está na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e busca atender ao desafio da inclusão trazido pela meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com o PNE, crianças de 4 a 17 anos "com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" devem frequentar preferencialmente instituições de ensino e classes comuns.

Para a psicóloga Maria de Fatima Minetto, autora de livros sobre educação inclusiva, o país assiste a uma migração em massa do ensino especial para o regular. Segundo dados do Censo da

Educação Básica, o número de alunos especiais matriculados em turmas comuns cresceu quase 200% na última década no Paraná, passando de 14.012 em 2004 para 39.796 em 2014 (veja o gráfico).

Ao longo dos anos, esse movimento foi acompanhado por modificações importantes nas instituições que atendem a crianças e jovens com necessidades especiais. No Paraná, essas escolas foram reorganizadas, distanciando-se do antigo formato assistencialista e aproximando-se da educação básica regular.

Uma lei de 2013 incluiu escolas mantidas por Apaes e outras instituições na rede estadual. Conforme a legislação, a Secretaria Estadual da Educação deve repassar a essas instituições os mesmos recursos destinados às escolas públicas, além de promover orientações e supervisões pedagógicas.

Maria de Fatima considera que as mudanças nas escolas especiais foram um avanço. Mesmo assim, ela defende a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. "As escolas especiais se tornaram escolas comuns, mas para o atendimento exclusivo de crianças especiais. Elas ainda são es-

paços segregativos", afirma.

A psicóloga ressalta a importância das classes regulares para que o estudante deficiente ganhe autonomia e aprenda a conviver em ambientes tradicionais, assim como para a construção de uma sociedade menos preconceituosa. "Para outros alunos também é importante, porque aprendem que todos têm limites e potencialidades", diz.

Críticas

Vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Ademir Batista Pereira diz que há limites na capacidade de atendimento. "A inclusão tem que ser pensada do ponto de vista do incluído e da comunidade onde o aluno será incluído. Se há uma turma com 20 alunos regulares e 10 de inclusão, vai prejudicar os demais", diz.

CONTINUA

30 NOV 2015

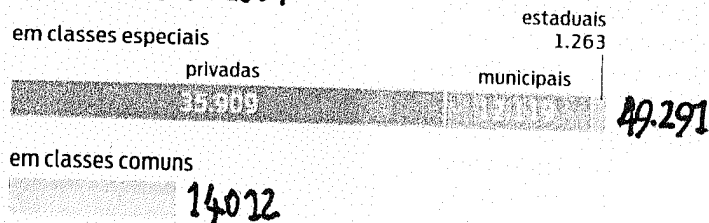
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

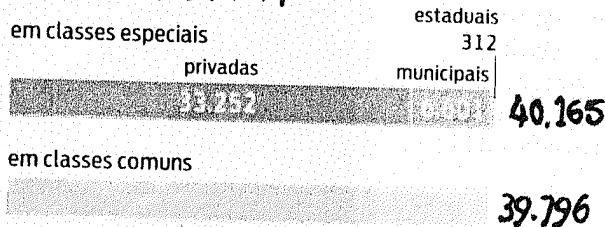
INCLUSÃO

No Paraná, o número de alunos especiais matriculados em turmas comuns cresceu quase 200% na última década:

MATRÍCULAS EM 2004



MATRÍCULAS EM 2014



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

PROBLEMAS

Escolas evitam estudantes e estão despreparadas, diz mãe

Embora a legislação caminhe no sentido de promover a inclusão de alunos deficientes ou com superdotação, pais e mães ainda se deparam com escolas despreparadas para receber essas crianças. Foi assim com Juliana Knoche, mãe de um menino de 6 anos com altas habilidades e Asperger e outro de 5 com autismo.

Lucas, o filho mais velho, entrou na escola com 1 ano e meio de idade, quando ainda não havia sido diagnosticado. Juliana conta que a família viveu situações traumáticas. "Fiquei sabendo por uma criança de 5 anos que as professoras não tinham paciência. Quando os alunos iam para o pátio, elas deixavam o Lucas preso atrás de uma grade ou em um carrinho de bebê. Quando procurei a escola, me disseram que ele era agressivo com as outras crianças", afirma ela, que tirou o filho da instituição.

A apreensão terminou quando ela conheceu a escola Aldeia de Betânia, que deu apoio e orientação à família. Lucas passou para uma turma com crianças mais velhas e começou a se interessar mais pela escola. (MC)

30 NOV 2015

GAZETA DO POVO

Família de Delcídio quer que ele faça delação

Parentes e amigos do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso desde a semana passada pela Lava Jato, o aconselharam a negociar um acordo de delação premiada. Eles avaliavam que esse seria o melhor caminho para tirar o petista da prisão a tempo de ele passar o Natal em casa. Em conversas reservadas, pessoas próximas do senador consideraram pequenas as chances de Delcídio conseguir um habeas corpus após a divulgação da gravação feita por Bernardo Cerveró, filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, também preso pela Lava Jato. A mulher de Delcídio, Maika, que seria defensora da delação, teria tratado do tema em visita ao senador, no sábado (28).

STF mantém prisão do banqueiro do BTG

A prisão pela Operação Lava Jato do banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, foi convertida de temporária em preventiva pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria Geral da República. A prisão temporária dura 5 dias e a preventiva não tem prazo determinado. Com isso, Esteves continuará detido. Ele é acusado, junto com o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), de atrapalhar as investigações.

BESSA

Atento aos sinais e ao lazer

O juiz Sérgio Moro almoçou no sábado, acompanhado pela mulher, Rosângela, com o cantor Ney Matogrosso no restaurante Bobardí, no Cabral. Também compunha a mesa o empresário do cantor, João Mário Linhares. À noite, o casal assistiu ao show *Atento aos Sinais*, no Guairão, e ao final Moro fez questão de cumprimentar Ney no camarim. Foi o primeiro a ter acesso ao artista.

IMPACTO PARANÁ



JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

28 NOV 2015

JUIZES NÃO DEVEM SER PERSEGUIDOS

A pior das injustiças é aquela que se faz com aparência de legalidade, mas à sombra da perseguição e do ódio.

Durante 26 anos - mais de um quarto de século - Élio Narézi, um dos maiores criminalistas do País - e, posteriormente eu assumimos e o sucedi na defesa de um digno Juiz de Direito que era acusado pelo Ministério Público da prática de delito que alegava, como jura, não o ter cometido.

Depois de uma década o Superior Tribunal de Justiça acolheu recurso interposto, desclassificou a imputação e decretou a extinção da punibilidade.

O decreto de demissão, acumulado, à época, com a perda do cargo foi anulado.

Ocorre, porém, que quando denunciado o magistrado aqui no Estado, foi aplicada a medida provisória de disponibilidade.

E ficou a situação por aí, até, o julgamento final.

Extinta a pretensão punitiva e restabelecida sua situação anterior o então Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Oto Luiz Sponholz, não deferiu o seu retorno ao cargo sob o pretexto de que deveria suportar o ônus da disponibilidade.

Mas como?

Disponibilidade de servidor público pressupõe a existência de processo administrativo.

Vai daí, entretanto, que o douto Departamento Jurídico do Tribunal emitiu parecer dizendo que a extinção da pena corporal, ainda, que decretada pelo STJ, não se comunicava ao procedimento interno.

Mas como?

E, já, agora, essa respeitável opinião foi recepcionada, ainda, que, como o dizem, ao "arrepio da lei".

O eminente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, embora seja um corajoso e culto Juiz indeferiu mero pedido de um colega de magistratura sentido de que lhe fosse paga verba moradia, o privilégio é o mesmo que se dá a todos os juizes sustentando que aquele que se encontra em disponibilidade não tem direito a esse favor.

Respeitosamente pondera-se e pergunta-se: juiz disponível para o serviço público não precisa ter onde morar?

Feriu-se aí o direito adquirido, pois, se a resolução vestibular foi declarada nula como se admitir, aceitar-se, justificar-se, que possa surgir efeitos negativos em favor de alguém?

Acredita-se que o nobre e digno Presidente do Tribunal de Justiça, por ser um homem de princípios elevados, reveja o gesto a fim que todos os juizes não fiquem com medo de perseguições e de ódios que deveriam permanecer sepultados.

Juiz de Direito não pode e não deve trabalhar sob ameaça. Cabe-lhe decidir sempre com serenidade e altivez. Agora se um deles é absolvido na mais alta Corte do País e depois pode-se alegar que a decisão superior, por ser de origem penal, não se reflete sobre direitos conquistados? Que confiança poderão ter todos os demais?



Ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Oto Luiz Sponholz

IMPACTO PARANÁ

**PAI E FILHO DE VOLTA
NA JUSTIÇA DEIXAM**

28 NOV 2015

ALERTA OS "HERDEIROS"

Desembargador Clayton Camargo está de volta ao Tribunal de Justiça, e o filho Fabio Camargo, retornou a seu cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. Tiveram "batalhas" de repercussão com a Gazeta do Povo e voltam a colocar "Os herdeiros do Chiquinho", Ana Amélia e Guilherme Cunha Pereira, com um pé na frente e outro atrás, com munição farta para responderem qualquer novo ataque.



TANTO PAI E O FILHO APENAS VOLTARAM AOS SEUS CARGOS

Os dois, por enquanto, não voltaram às manchetes, nas quais eram uma constante.

Ao contrário do que uns e outros possam imaginar, nem os "herdeiros do Chiquinho", e tampouco o desembargador Clayton Camargo e seu filho, Fabio Camargo, fizeram qualquer acordo de boa convivência.

Depois do longo tempo de refregas memoráveis, que renderam reportagens bombásticas da Gazeta do Povo, com respostas políticas e outras nem tanto por parte dos Camargos, o ambiente desanuviou-se mas continua, dizem, em compasso de espera.

Certamente com os dois lados machucados por uma "batalha" que se tornou pública, aguarda-se o futuro para confirmar se houve apenas uma trégua ou os dois lados resolveram, de fato, abando-



nar o terreno da constante animosidade que extravasou para o público em geral.

28 NOV 2015

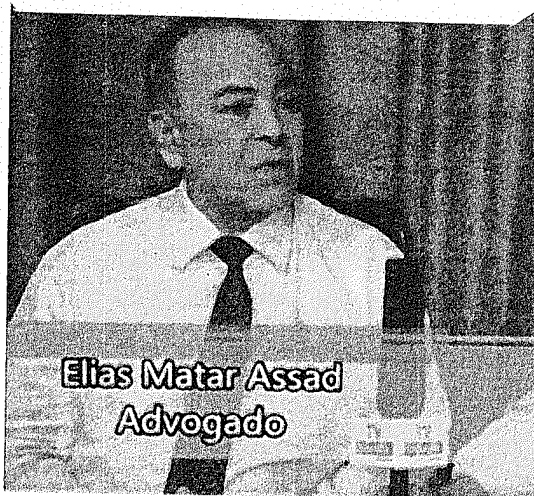
IMPACTO PARANÁ

ADVOGADO CRIMINALISTA FALA SOBRE JÚRI DE CARLI FILHO E CASO EVANGÉLICO

Elias Mattar Assad, conhecido advogado criminalista, falou com exclusividade para a TV Impacto, oportunidade em que abordou dois casos nos quais marca sua decisiva participação, seja como co-responsável pela acusação, no Júri do ex-deputado Carli Filho, ou como advogado de defesa da médica Virgínia de Souza, no Caso do Hospital Evangélico.

Dois processos de grande repercussão, envolvendo nomes conhecidos da sociedade paranaense, e cujas situações em andamento na área judicial interessam sobremaneira aos paranaenses que vem acompanhando há alguns anos estas situações.

Numa entrevista dividida em duas partes, a primeira das quais foi transmitida no programa da semana passada do Impacto na TV, pelo Canal 5, da NET, via CWB-TV, Mattar Assad abordou com detalhes toda a situação envolvendo este processo que há mais de 7 anos vem sendo movimentado na



esfera judicial até chegar a este momento de julgamento popular.

Matéria complexa, envolvendo ex-parlamentar, Carli Filho, acusado de embriaguês e excesso de velocidade que causaram a morte de dois jovens na região da Ecoville, em Curitiba.

Com o júri popular marcado para 22 de Janeiro de 2016, o advogado criminalista Elias Mattar Assad, conta a respeito do processo e todas as ações jurídicas que arrastaram a matéria até a presente situação.

Na segunda parte da entrevista,

que o Impacto na TV divulga nesta semana, mais um caso rumoroso.

Aquele que envolve a médica Virgínia de Souza, acusada como chefe de uma equipe de médicos e enfermeiras da UTI do Hospital Evangélico, e que foram acusados da prática da eutanásia em pacientes daquele hospital.

Um caso de repercussão nacional que entrou na fase de depoimentos e deverá até

2017 estar devidamente programado para julgamento, demora esta ocasionada por muitos envolvidos e testemunhas, assunto que Mattar Assad com propriedade analisa para a TV Impacto com exclusividade.

Desde já convidamos o público telespectador a acompanhar esta entrevista, no Canal 5 da NET, a partir desta sexta-feira às 22h30min, enquanto a primeira parte do contato com o conhecido advogado criminalista já está sendo apresentada no site do Impacto Paraná, via internet.

30 NOV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Jurados do caso Carli Filho serão sorteados hoje

A Justiça do Paraná sorteia hoje os jurados que vão participar do julgamento do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, marcado para os dias 21 e 22 de janeiro de 2016. Carli Filho é acusado de matar os jovens Gilmar Yared e Carlos Murilo de Almeida, em um acidente de carro em Curitiba, em maio de 2009.

O ex-deputado estadual é acusado de duplo homicídio com dolo eventual, ou seja, quando se assume o risco de matar. Caso seja condenado, a pena pode chegar a 20 anos de prisão. Nos dois dias de julgamento, serão ouvidas seis testemunhas de defesa e outras seis de acusação, entre elas Christiane Yared, mãe de um dos jovens mortos no acidente.

TRIBUNA DO PARANÁ

DEVOLUÇÃO 1

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) obriga o governo do Paraná a colocar mais R\$ 100 milhões no orçamento da Defensoria Pública do estado para o ano que vem. Isso porque o governo já havia previsto o valor maior anteriormente, e depois recuou, o que é considerado ilegal. A liminar foi concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso.

DEVOLUÇÃO 2

O orçamento de 2016 para a Defensoria, responsável por dar atendimento na área de Direito para os cidadãos, é de R\$ 40 milhões, segundo a lei já enviada pelo governo à Assembleia Legislativa. O STF determinou que seja de pelo menos R\$ 140 milhões. Para corrigir o problema, o governo terá de enviar nova lei orçamentária ao Legislativo.

BEM PARANÁ

Defensoria

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar determinando que o governo paranaense inclua mais R\$ 100 milhões no orçamento da Defensoria Pública do Estado no ano que vem. Na proposta enviada à Assembleia Legislativa, o órgão teria apenas R\$ 40 milhões para o atendimento da população carente junto à Justiça. A Defensoria recorreu e conseguiu decisão favorável do ministro Luís Roberto Barroso.

Revisão

Em razão da decisão, o Executivo terá que reformular o projeto de Orçamento, que já está em processo de discussão no Legislativo. O ministro suspendeu o trâmite da proposta de lei orçamentária até que o valor destinado à Defensoria seja revisto.

30 NOV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

AGORA VAI?

Justiça determina entrega de remédio pra paciente com câncer de pulmão

Samuel Bittencourt
samuelb@tribunadoparana.com.br

Uma decisão partindo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, determinou a entrega do remédio para tratamento de câncer para a promotora de evento Leli Lourenço Córdova, 48 anos. Ela já tinha ganhado o direito de receber a cartela do medicamento Tacerva (Cloridato de erlotinibe 150g), que contém 30 pílulas e custa cerca de R\$ 9 mil. Mas, mesmo após a sentença

do juiz federal substituto Claudio Roberto da Silva, que atribuía responsabilidade da união, do estado e do município, as três instâncias entraram com recursos impedindo o cumprimento da medida.

Sem o remédio para controlar a evolução de um adenocarcinoma pulmonar, a promotora teve sua imunidade afetada e chegou a contrair pneumonia no último mês. Com essa nova decisão, caso o remédio não seja entregue, será aplicada uma multa diária de R\$ 100 para os responsáveis pela entrega, punição que já está valendo desde desde o último dia 24.

“Estamos otimistas com a decisão, que reformulou o efeito suspensivo, que permitia que a

decisão não fosse cumprida até que todos os recursos fossem julgados. Com a mudança da sentença para efeito devolutivo, existe a obrigação de cumprir a entrega do remédio, que já havia sido julgada, mesmo que os

responsáveis contestem a decisão”, explica o advogado Paulo Cesar Bulotas, que defende Leli.

Porém, o valor da penalidade desagradou o advogado. “Em comparação ao valor do remédio, ainda é baixa. Cada comprimido custa cerca de R\$ 400. E, pela gravidade da situação - é um remédio que está possibilitando ela continuar viva -, esperamos mais rigor para que, de fato o que a justiça decidiu seja cumprido”, afirma Bulotas.



Luta diária pra sobreviver

Mesmo após conseguir o direito ao remédio, Leli teme pelo dia de amanhã. “Vivo na incerteza. Felizmente, conto com muitas pessoas que me apoiam nessa batalha. Quando saiu a decisão, pensei que teria mais tranquilidade para seguir o tratamento e havia deixado de fazer bailes beneficentes. Mas voltei a organizar e já estou organizando dois, pois não posso passar muito tempo sem a medicação”, conta a promotora.

Ainda com meia cartela de Tacerva, ela se organiza para

sobreviver mais um dia. “Esse remédio é de uso diário. Mas, diferente da outra vez, não posso contar que terei de fato o remédio logo. Então, alterno os dias de uso das pílulas para ter mais tempo até conseguir comprar a próxima cartela”, revela.

DEMORA BUROCRÁTICA

O temor de Leli em não receber o medicamento dentro do prazo estipulado pela justiça tem explicação. Ao entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Curitiba e o governo do estado

do Paraná, ambos informaram não terem sido notificadas sobre a decisão.

No município, a Secretaria Municipal de Saúde afirma que irá acatar a decisão assim dentro do prazo de quinze dias após ser notificada.

Já o Ministério da Saúde, afirma que “houve uma notificação da decisão no último dia 23 e o órgão está adotando as medidas cabíveis para o cumprimento, inclusive, mantendo conversas com o estado do Paraná”. (SB)

28 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Senador cita relator da Lava Jato no STJ em gravação

Na conversa gravada pelo filho de Nestor Cerveró, ministro Marcelo Ribeiro Dantas é lembrado por ter votado pela liberdade de executivo

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Fausto Macedo

Mateus Coutinho

O nome do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, relator dos processos da Operação Lava Jato, foi citado na conversa gravada pelo filho do ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró, no dia 19, que desencadeou a prisão do líder do governo no Senado Delcídio do Amaral (PT-MS) e do banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, por obstrução às investigações da força-tarefa criada pelo Ministério Público Federal.

“O STJ, ontem eu conversei com o Zé Eduardo (o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo) meito possivelmente o Marcelo na Turma vai sair”, afirma o senador, ao tratarem de um habeas corpus que teria sido apresentado pela defesa de Cerveró.

“Acredito”, responde o então advogado de Cerveró, Edson Ribeiro, preso ontem pela Lava Jato, quando voltava de Miami.

“A decisão, a decisão foi muito, a decisão que negou pro Dantas, né, foi muito ... sem nada né, literalmente assim deixa jogar pra

Turma”, completa o chefe de gabinete de Delcídio, Diogo Ferreira – também preso na quarta-feira.

“Pois é, jogar pra turma pra turma julgar, né. Isso acho que é bom”, diz Delcídio, na conversa de 1h e 35min gravada por Bernardo e entregue à Procuradoria-Geral da República, como prova da tentativa de compra do silêncio do pai, Nestor Cerveró – novo delator da Lava Jato.

O contexto da conversa era a tentativa jurídica de anulação nos tribunais das delações das principais personagens da Lava Jato, como do ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, do empresário Ricardo Pessoa, dono da UTC, e do doleiro Alberto Youssef, e a tentativa de “anular” a Lava Jato.

O STJ é citado em um único momento. O foco central da conversa são as investidas no Supremo Tribunal Federal, com menção a quatro ministros da corte, que determinou a prisão de Delcí-

dio, Esteves, Ferreira e Ribeiro.

“Em reunião havida em Brasília/DF, em suíte do Hotel Royal Tulip, em 4/11/2015 entre Bernardo Cerveró (filho do réu Nestor), o Senador Delcídio Amaral, o Chefe de Gabinete deste, Diogo Ferreira, e o advogado Edson Ribeiro. Nesse encontro, o primeiro assunto foram as possibilidades de que Nestor Cerveró viesse a ser posto em liberdade por meio de habeas corpus. O Senador Delcídio Amaral relatou sua atuação perante Ministros do STF em favor de Nestor Cerveró, informando haver conversado com Vossa Excelência (o ministro Teori Zavascki) e com o Ministro Dias Toffoli. Revela, ainda, a firme intenção de conversar com o Ministro Edson Fachin, bem como de promover interlocução do senador Renan Calheiros e do vice-presidente Michel Temer com o ministro Gilmar Mendes”, registra o pedido de prisão feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. “A atuação do senador Delcídio foi espúria, ante o fato de não ser advogado e do patente conflito de interesses, mas em linha com sua promessa reiterada de interceder junto ao Poder Judiciário”.

Os quatro ministros do STF negaram com veemência terem mantido qualquer tratativa com os investigados para tratar de irregularidades.

● Nomeação

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas foi nomeado no STJ em setembro, após indicação da presidente Dilma Rousseff, com apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

CONTINUA

28 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Relator. O ministro Ribeiro Dantas afirmou que não vai dar entrevistas nem comentar a citação ao seu nome nas conversas. Um dia antes da prisão de Delcídio e Esteves, o relator da Lava Jato no STJ votou pela liberdade do presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques Azevedo.

A decisão de liberdade do presidente da Andrade Gutierrez será votada ainda pelos demais ministros da 5.^a Turma do STJ. O julgamento do habeas corpus foi interrompido por um pedido de vista do ministro Félix Fischer. Em seguida, a Turma iniciou o julgamento do habeas corpus em favor do executivo Elton Negrão, da Andrade Gutierrez. Novamente Ribeiro Dantas concedia o habeas corpus para converter a prisão preventiva em domiciliar. Fischer também pediu vista.

Petista será processado, diz ministro do STF

● O ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, afirmou que seus colegas ficaram "chocados" com a revelação da gravação em que o senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse ter conversado com magistrados da Corte para viabilizar a libertação do ex-diretor da Petrobrás, Nestor Cerveró, preso na Operação Lava Jato. Toffoli declarou que seu sentimento pessoal foi de "tristeza" quando soube que seu nome foi citado pelo petista como um dos interlocutores.

"Ficamos chocados com essa informação", afirmou o ministro pouco antes de participar de um seminário promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo. "O sentimento é de tristeza porque estamos sujeitos a este tipo de pessoas, desse tipo de atitude, que se gabam de fazer algo que não fez", completou.

Toffoli ressaltou que a prisão dos envolvidos na suposta trama para barrar a Lava Jato foi a resposta do Supremo. Sobre o destino do senador preso, o ministro disse que ele certamente será alvo de investigação e um eventual processo. "Por enquanto decidiu-se pela prisão. A eventual denúncia que for apresentada vai ser julgada e aí vamos aguardar a ampla defesa e julgar o processo. Não vou adiantar posicionamento." / VALMAR HUPSEL FILHO

29 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STF investiga 67

citados na Lava Jato

A lista inclui dois ministros, 13 senadores e 23 deputados, enquanto número de inquéritos abertos pela Corte chega a 33, com 13 denunciados

Beatriz Bulla
Gustavo Aguiar / BRASÍLIA

Oito meses após a abertura dos primeiros inquéritos contra políticos sob suspeita de envolvimento na Operação Lava Jato, o Supremo Tribunal Federal contabiliza, pelo menos, 67 investigados na Corte por suposto envolvimento nos esquemas de corrupção na Petrobrás. Na lista, estão um ministro de Estado (Edinho Silva, da Comunicação Social), um ministro do Tribunal de Contas da União (Raimundo Carreiro), 13 senadores e 23 deputados federais. Alguns estão no alvo por mais de um fato criminoso.

A primeira leva de inquéritos na Corte, com 49 nomes, se tornou pública nos primeiros dias de março deste ano. De lá para cá, o grupo de trabalho formado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, avançou em denúncias contra 13 pessoas, sendo cinco parlamentares: o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Benedito de Lira (PP-AL) e os deputados Arthur Lira (PP-AL) e Nelson Meurer (PP-PR). Oferecida a denúncia, cabe agora ao STF decidir se abre uma ação penal e torna réus os investigados.

Sigilo. As primeiras denúncias, de Cunha e Collor, vieram em agosto. Entre os investigadores, o prazo de cinco meses entre a abertura de inquérito e o oferecimento da acusação formal é considerado célere. Além das delações premiadas que embasaram o início das investigações - de Paulo Roberto Costa,

ex-diretor da Petrobrás, e do doleiro Alberto Youssef -, novos delatores e quebras de sigilo bancário e fiscal engordaram o material da Procuradoria. A denúncia de Collor é mantida em sigilo até hoje, por conter trechos de depoimento do empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da empresa UTC.

O Supremo não deve ter tempo hábil de dar ainda neste ano o primeiro passo no julgamento de políticos: o recebimento da denúncia. Defesa e Ministério Público têm prazos legais para manifestações. Os advogados de Collor e de Cunha, por exemplo, conseguiram ganhar tempo na Corte, com prazo em dobro para resposta.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) e o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, assim como o assessor do congressista, Diogo Ferreira, e o advogado Edson Ribeiro, presos por tentativa de obstrução das investigações, devem reforçar o rol de denunciados.

Acesso restrito. No total, o Supremo tem, pelo menos, 33 inquéritos abertos. Uma investigação foi arquivada até o momento: a do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), por falta de provas, segundo a Procuradoria. O número é subestimado em razão dos chamados "inquéritos ocultos" - peças que, apesar de estarem em andamento, não existem no sistema eletrônico do tribunal e ficam acessíveis a um número restrito de servidores do gabinete do discreto ministro Teori Zavascki, o relator da Lava Jato no Supremo. No grupo de inquéritos ocultos estão o do ministro Edinho Silva,

além da investigação sobre o ministro do TCU Raimundo Carreiro e do advogado Tiago Cedraz, filho do presidente da Corte de Contas, Aroldo Cedraz.

Na maioria das outras peças, sem denúncia, a Polícia Federal pediu no início do mês a prorrogação do prazo para investigações. É o caso do inquérito que investiga o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Dragões. Os desdobramentos das investigações que não possuem relação direta com o esquema de corrupção na Petrobrás são distribuídos para relatoria de outros ministros. É o caso do inquérito que investiga o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Ambos foram citados na delação de Ricardo Pessoa e são suspeitos de uso de caixa 2 eleitoral, sem relação com a Petrobrás. O ministro Dias Toffoli recebeu outro desdobramento da Lava Jato, relativo a suposta fraude no Ministério do Planejamento com investigação da senadora Gleisi Hoffman (PT-PR).

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 NOV 2015

A LAVA JATO NO SUPREMO

● Corte investiga políticos e autoridades com foro sob suspeita de participação no esquema na Petrobrás

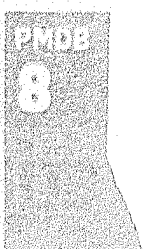
O foro privilegiado

A Constituição determina que, "nas infrações penais comuns", compete ao STF julgar "o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso, ministros e o procurador-geral da República"



2ª Turma do STF

Em 2015, para acelerar processos, o STF determinou que o julgamento de ações penais será feito por colegiados. Na Lava Jato, os responsáveis serão os ministros da 2ª Turma



Dias Toffoli
PRESIDENTE



Celso de Mello



Gilmar Mendes



Cármen Lúcia



Teori Zavascki
RELATOR



*Inquéritos ocultos, que não constam no sistema do STF e sem especificação sobre os envolvidos

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

			INVESTIGADO	DENUNCIADO	CASO ARQUIVADO	CONDENADO (1ª INSTANCIA)
Afonso Hamm	RS	Deputado federal				
Aguinaldo Ribeiro	PB	Deputado federal				
Arthur Lira	AL	Deputado federal				
Dilceu Sperafico	PR	Deputado federal				
Eduardo da Fonte	PE	Deputado federal				
Jerônimo Goergen	RS	Deputado federal				
José Germano	RS	Deputado federal				
Lázaro Botelho	TO	Deputado federal				
Luis Carlos Heinze	RS	Deputado federal				
Luiz Fernando Faria	MG	Deputado federal				
José Olímpio	SP	Deputado federal				
Nelson Meurer	PR	Deputado federal				
Renato Molling	RS	Deputado federal				
Roberto Balestra	GO	Deputado federal				
Roberto Britto	BA	Deputado federal				
Sandes Júnior	GO	Deputado federal				
Simão Sessim	RJ	Deputado federal				
Waldir Maranhão	MA	Deputado federal				
Benedito de Lira	AL	Senador				
Ciro Nogueira	PI	Senador				
Gladson Cameli	AC	Senador				
Aline Corrêa	SP	Ex-deputada federal				
Carlos Magno	RO	Ex-deputado federal				
João Pizzolatti	SC	Ex-deputado federal				
José da Ponte	CE	Ex-deputado federal				
Pedro Corrêa	PE	Ex-deputado federal				
Pedro Henry	MT	Ex-deputado federal				
Roberto Teixeira	PE	Ex-deputado federal				
Vilson Covatti	RS	Ex-deputado federal				
João Leão	BA	Vice-governador				
Mário Negromonte (ex-filiado)	BA	Conselheiro do TCM				
José Mentor	SP	Deputado federal				
Vander Loubet	MS	Deputado federal				
Humberto Costa	PE	Senador				
Lindbergh Farias	RJ	Senador				
Gleisi Hoffmann	PR	Senadora				
Cândido Vaccarezza	SP	Ex-deputado federal				
João Vaccari Neto	SP	Ex-tesoureiro do PT				
Delcídio Amaral*	MS	Senador				
Edinho Silva*	-	Ministro				
Eduardo Cunha	RJ	Presidente da Câmara				
Renan Calheiros	AL	Presidente do Senado				
Aníbal Gomes	CE	Deputado federal				
Romero Jucá	RR	Senador				
Vadmir Raupp	RO	Senador				
Roseana Sarney	MA	Ex-governadora				
Edison Lobão	MA	Senador				
Solange Almeida	RJ	Ex-deputada federal				
Julio Delgado	MG	Deputado federal				
Fernando Bezerra	PE	Senador				
Luiz Argôlo (alastado)	BA	Ex-deputado federal				
Fernando Collor	AL	Senador				
Antonio Anastasia	MG	Senador				
Alguns dos investigados						
André Esteves*	-	Banqueiro				
Edson Ribeiro*	-	Advogado				
Raimundo Carreiro*	-	Ministro do TCU				

29 NOV 2015

29 NOV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão da OAB é contrária a impeachment

Comissão interna da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recomendou ao Conselho Federal da entidade que não endosse pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff com base na reprovação das contas do governo de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O conselho vai decidir na quarta-feira se acata a recomendação.

Com um placar de três a dois, os integrantes do grupo entenderam que, por mais importante que seja o acórdão do TCU, ele "não é bastante para firmar um juízo definitivo sobre irregularidades administrativas ou de execução financeira e orçamentária, a ponto de sustentar, autonomamente, a recepção de um pedido de impeachment, sem a aprovação do parecer pelo Congresso Nacional".

O TCU reprovou as contas do governo com base nas pedaladas fiscais. / **RACHEL GAMARSKI**